Ministério da Educação
Universidade Federal de Pelotas
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras (EaD)

Projeto Pedagógico

2026
Pelotas, RS, Brasil

Reitora

Profa. Dra. Ursula Rosa da Silva

Vice-Reitor

Prof. Dr. Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Britto Correa

Diretora do CCSO

Profa. Dra. Isabel Cristina Rosa Barros Rasia

Comissão de Criação do Curso

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente)

Prof. Dr. Luciano Vaz Ferreira

Profa. Dra. Isabel Teresinha Dutra Soares

Profa. Dra. Larissa Ferreira Tavares

SUMÁRIO

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA 5

1. CONTEXTUALIZAÇÃO 5
1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS 5
1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel 5
QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPel 5
1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas 6
1.2. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS FRONTEIRAS 13
1.2.1. Dados de Identificação do Curso 13
QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 13
1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras 14
1.2.3. Legislação considerada no PPC 17
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 22
2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC 22
2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 23
2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO 26
2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO 30
2.5. OBJETIVOS DO CURSO 33
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 35
3.1. ESTRUTURA CURRICULAR 35
3.2. MATRIZ CURRICULAR 38
QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR 38
3.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 39
3.4. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES 41
QUADRO 4: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES 41
4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO 54
4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS 54
4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM 58
4.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO 62
5. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO 66
QUADRO 5: PROJETOS UNIFICADOS ATIVOS DO COMEXLab EM 2026 68
6. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO 69
7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM 70
7.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ADOTADOS PARA O USO DAS TICs NO CURSO E ACESSIBILIDADE 74
FIGURA 1: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ORIENTADOS AO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO 77
7.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, CORPO DOCENTE, MEDIADORES PEDAGÓGICOS E TUTORES 81
8. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) E DEMAIS PLATAFORMAS 84

FIGURA 2: ETAPAS DA PRODUÇÃO DE DISCIPLINAS EAD 86
FIGURA 3: FLUXO DO DOCENTE PARA PRODUÇÃO DE DISCIPLINAS OFERTADAS A DISTÂNCIA 87

II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 89

TABELA 1: DOCENTES DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS FRONTEIRAS 89

III - INFRAESTRUTURA 90

1. A CONFIGURAÇÃO MULTICAMPI DA UFPEL 90
FIGURA 4: MAPA DO CAMPUS ANGLO 90
FIGURA 5: FACHADA DO CAMPUS ANGLO 91
FIGURA 6: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO 92
2. BIBLIOTECA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 93
FIGURA 7: BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO 94
FIGURA 8: ACERVO FÍSICO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO 94
FIGURA 9: COMPUTADORES PARA PESQUISA DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO 95
FIGURA 10: GABINETES DE ESTUDO EM GRUPO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO 95
FIGURA 11: ÁREA DE ESTUDO INDIVIDUAL DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO 96
FIGURA 12: SALA ADAPTADA PARA ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO 97
3. O CCSO E A INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA DO CURSO 98
4. O COMEXLAB – LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM COMÉRCIO EXTERIOR 100
FIGURA 13: COMEXLab 100
5. ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DO NUPED 101
FIGURA 14: ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DO NUPED 101
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 102

REFERÊNCIAS 105

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1.UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPel

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: Universidade Federal de Pelotas –UFPel		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	**CNPJ/MF:** 92.242.080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	**Fone:** +55 53 3284.4000	
	Sítio eletrônico: www.ufpel.edu.br E-mail: reitor@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento Decreto Nº documento: 49529 Data de Publicação: 13/12/1960	**Prazo de Validade:** Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto Nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	**Prazo de Validade:** Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EaD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	**Prazo de Validade:** Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EaD - Conceito Institucional EaD:	3	2013
IGC – índice Geral de Cursos:	4	2023
IGC Contínuo:	3,8210	2023
Reitora: Ursula Rosa da Silva	Gestão 2025-2028	

1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas[1]

Localizada no Sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do Estado, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi criada, em 1969. Sua história remonta à Universidade Rural do Sul (URS), cujo surgimento, em 1960, resultou de esforços movidos por professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que desde 1957 lutavam por sua criação. O decreto que criava a Universidade Rural do Sul, vinculada ao Ministério da Agricultura, era composto pela centenária Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Veterinária, Escola de Pós-Graduação e pelo Centro de Treinamento e Informação (Cetreisul), considerado uma unidade acadêmica.

Em 1967, o decreto n. 60.731 federalizou a Universidade Rural do Sul, sendo transferida para o Ministério da Educação e Cultura, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), e as unidades passaram de cursos a faculdades. Em 1968, foi criada uma comissão composta por professores e acadêmicos, destinada a estudar e propor a reestruturação da universidade. Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958.

Outras instituições particulares que existiam em Pelotas foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel. De sua parte, a Faculdade de Ciências Domésticas deu origem a outras unidades, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo. Foi responsável também pela

[1] O texto a seguir foi integralmente extraído do sítio eletrônico da UFPel e adaptado para adequação ao presente Projeto Pedagógico do Curso. Disponível em: http://portal.ufpel.edu.br/historico. Acesso em 03 de outubro de 2025.

criação do Serviço de Informação e Orientação ao Consumidor (Siocon), que atuou durante 18 anos em Pelotas, na educação e defesa do consumidor. O objeto de estudo da Faculdade de Ciências Domésticas sempre foi a família, principalmente a de baixa renda. Formava profissionais bacharéis e licenciados para ensino de 1º e 2º graus. Teve seu último vestibular em 1997. Suas memórias fazem parte das raízes da UFPel.

A área agrária, portanto, de grande importância para o desenvolvimento da região, de economia predominantemente agropastoril, deu grande contribuição para a formação da Universidade. Mas também foram relevantes a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPel. Como contrapartida, essa estrutura, através dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade, é decisiva para a saúde de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

A Universidade Federal de Pelotas teve como primeiro reitor o professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, o qual administrou a Universidade até 1977. Em sua gestão a UFPel expandiu-se, tanto em número de cursos quanto de alunos, estruturando-se como universidade e construindo o seu campus nas instalações da antiga UFRRS, junto à Faculdade de Agronomia, no Capão do Leão. Na sequência, ocuparam o cargo os professores Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981), José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984), Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988), Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1993), Antonio Cesar Gonçalves Borges (1993-1997), Inguelore Scheunemann de Souza (1997-out/2004), André Luiz Haack (dez/2004 a janeiro/2005 – pro tempore), Antonio Cesar Gonçalves Borges (2005-2009 e 2009-2013), Mauro Augusto Burkert Del Pino (2013-2017), Pedro Rodrigues Curi Hallal (2017-2021), Isabela Fernandes Andrade (2021-2024) e Úrsula Rosa da Silva (2025-2028).

Como vice-reitores, figuram os nomes dos professores Renato Rodrigues Peixoto, Alexandre Valério da Cunha, Guido Kaster, Clinéa Campos Langlois, Léo Zilberknop, Paulo Eduardo Brenner Soares, Luiz Henrique Schuch, Daniel de Souza Soares Rassier, José Carlos da Silveira Osório, Jorge Luiz Nedel, André Luiz Haack, Telmo Pagana Xavier, Manoel Luiz Brenner de Moraes, Carlos Rogério Mauch, Denise Gigante, Luís Isaías Centeno do Amaral, Úrsula Rosa da Silva e Eraldo dos Santos Pinheiro.

Estruturação e Desenvolvimento

Segundo o professor e historiador Mário Osório Magalhães (falecido em 2012), em seu livro "UFPel: 30 Anos", após a criação da UFPel, iniciou-se o período de estruturação da Universidade, com a implantação dos seus órgãos administrativos, a reformulação e adequação das antigas unidades e a criação dos institutos básicos necessários ao seu funcionamento. Os relatos são subsidiados pelo artigo da professora do ICH e coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, professora Beatriz Ana Loner, intitulado "Um breve histórico" (págs. 29 a 48).

De acordo com as informações contidas no artigo, foram então criados o Instituto de Ciências Humanas, o Instituto de Biologia, o Instituto de Química e Geociências, o Instituto de Física e Matemática e o Instituto de Letras e Artes, todos previstos no decreto n. 65.881/69, que estabeleceu a estrutura da nova Universidade.

As demais unidades foram surgindo ao longo dos anos, algumas a partir de novas necessidades, surgidas no campo do ensino e pesquisa; outras, pelo desmembramento de cursos no interior de unidades estabelecidas, vindo a constituir-se em novas unidades.

Assim, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo surgiu em 1988, desvinculando-se do Instituto de Letras e Artes, que, por sua vez, havia sido criado em 1970, como Instituto de Artes, abrangendo a antiga Escola de Belas Artes, D. Carmen Trápaga Simões.

A Reforma do Ensino, criando a necessidade de que se formassem profissionais nessa nova área, estimulou a criação da Escola Superior de Educação Física, que data de 1971. As disciplinas da área de pedagogia, que se encontravam ligadas à Faculdade de Ciências Domésticas, deram origem a uma unidade específica, a Faculdade de Educação, constituída em 1976.

A Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (hoje Faculdade de Enfermagem) originou-se do Curso de Enfermagem, transformando-se em unidade independente em 1988. O Curso de Nutrição foi criado em 1974, vinculado à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e, depois, à Faculdade de Medicina, transformando-se em Faculdade de Nutrição em 1988.

A Engenharia Agrícola iniciou seu curso em 1973, o primeiro do gênero no país; foi transformada em Faculdade no ano de 1988. O Curso de Meteorologia iniciou suas

atividades em 1979, para atender à demanda de profissionais para a região sul do Brasil, transformando-se em faculdade em 1989.

Como órgãos suplementares, faziam parte da UFPel, segundo o Estatuto da Fundação, a Estação Experimental de Piratini, a Estação Experimental da Palma, o Centro de Treinamento e Informação do Sul (Cetreisul), a Imprensa Universitária, a Biblioteca Central, o Museu, e a Casa para Estudantes. Como órgãos complementares, constavam o Colégio Agrícola Visconde da Graça (CAVG) e o Colégio de Economia Doméstica Rural.

O processo de unificação dos cursos, unidades e órgãos dos mais variados, que formavam o espólio recebido pela nova universidade, não foi tarefa fácil de ser executada. Isso porque a própria forma de sua criação e o momento político em que ela ocorreu não permitiram que o seu desenvolvimento seguisse um plano diretor. Sendo assim, não havia como unificar setores, anteriormente isolados, com regimes e experiências diferentes, num todo harmônico e coerente, dentro de uma proposta universitária pensada e gestada pelas comunidades interna e externa.

Nascida no contexto da Reforma Universitária de 1968, a UFPel buscou adequar-se aos seus parâmetros, os quais nortearam a sua implantação e os seus primeiros passos, até que o processo de redemocratização política do país sinalizasse novos rumos para as universidades públicas brasileiras.

A exemplo do que ainda acontece atualmente, uma das principais questões que monopolizava as atenções nas primeiras décadas de existência da Universidade era a inadequação da estrutura física, dividida em vários locais, dos quais o principal ficava no município do Capão do Leão (emancipado de Pelotas em 1982), compreendendo a Reitoria e demais órgãos administrativos – transferidos do histórico prédio utilizado inicialmente, na praça Sete de Julho –, algumas faculdades e cursos básicos. Além desses, existiam várias outras unidades espalhadas pela zona urbana, além do CAVG, localizado quase em polo oposto da cidade. No entanto, as dificuldades de ordem internas e financeiras se fizeram sentir, impedindo mudanças definitivas na localização espacial da UFPel, situação que perpassou todas as gestões administrativas. Por fim, a instituição resignou-se a ter vários campi, distribuídos entre a zona urbana e rural.

O processo de expansão

Depois de décadas caracterizadas por um crescimento permanente, porém cadenciado, a Universidade experimentou, nos últimos anos, uma expansão sem precedentes, deflagrada a partir de sua adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a partir de 2007. O número de cursos saltou de 58 para 96, enquanto o número de estudantes cresceu de cerca de oito mil para mais de 16 mil.

O fim do concurso Vestibular e a consequente adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do Ministério da Educação, deu à comunidade discente da UFPel uma nova configuração: a multiplicidade de sotaques, origens e características culturais, uma vez que os novos estudantes são oriundos de quase todos os estados da Federação e, ao ingressarem na Universidade, trazem consigo as influências regionais.

Para fazer frente à nova configuração acadêmica da instituição, tornou-se necessário expandir a área física. Áreas antes ocupadas por iniciativas do segmento empresarial, que no passado ditaram o desenvolvimento econômico do município, mas que sucumbiram diante de sucessivas crises, foram adquiridas e começam a ganhar vida, agora destinadas à Academia.

A adesão ao REUNI trouxe expressivos avanços à Universidade, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio. Mas também, e principalmente, na implementação de políticas de inclusão e de assistência estudantil para garantir e ampliar o acesso à universidade de estudantes de baixa renda, negros, quilombolas e pessoas com deficiência.

Atualmente a Universidade conta com seis campi: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. A UFPel tem 22 unidades acadêmicas e conta com 96 cursos de Graduação presenciais, sendo 66 bacharelados, 22 licenciaturas, oito cursos superiores de tecnologia e três cursos de graduação a distância, em 117 polos. Na pós-graduação, são 26 doutorados, 50 mestrados, seis cursos de mestrado profissional e 34 cursos de especialização. Na área da pesquisa,

estão em andamento 2.698 projetos, distribuídos em diferentes áreas do conhecimento, além de milhares de projetos de extensão voltados para a inserção da universidade na comunidade local. Em números de recursos humanos a UFPel conta, atualmente, com:

- Estudantes de Graduação | 16.461
- Estudantes EaD | 1.763
- Estudantes de Doutorado | 1.034
- Estudantes de Mestrado | 1.174
- Estudantes de Especialização | 285
- Estudantes de Mestrado Profissional | 110
- Docentes | 1.356
- Servidores Técnicos Administrativos | 1.332
- Professores Substitutos | 99

Em termos de estrutura física, contamos atualmente com área construída de aproximadamente 211.106,22 m^2. A UFPel conta com prédios distribuídos em diversos locais, principalmente no município de Pelotas e município do Capão do Leão. Os alunos da Universidade Federal de Pelotas contam atualmente com aproximadamente 398 salas de aula, que representam uma área de 19.540,93 m^2; 9 bibliotecas que somam 3.928,96 m^2; 700 laboratórios, ambientes e cenários de prática didática que totalizam 20.892,24 m^2; 15 auditórios ou 1.960,98 m^2; três restaurantes escola ocupando 1.605,34 m^2 e uma casa do estudante com 1.943,63 m^2.

Como área administrativa, são utilizadas 1.331 instalações que ocupam somadas 32.089,36 m^2. As unidades acadêmicas estão distribuídas no município de Pelotas: Centro de Artes (CA), Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), Centro de Engenharias (CENG), Conservatório de Música (CM), Escola Superior de Educação Física (ESEF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEO), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Nutrição (FN), Faculdade de Odontologia (FO), Instituto de Ciências Humanas (ICH) e Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP). As unidades acadêmicas que estão situadas no município do Capão do Leão são: Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de

Alimentos (CCQFA), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Faculdade de Meteorologia (FMet), Faculdade de Veterinária (FVet) e Instituto de Biologia (IB).

No município do Capão do Leão também está localizado o Centro Agropecuário da Palma com 1.256 ha de área, responsável pelo apoio às atividades de produção, de ensino, de pesquisa e de extensão da área de ciências agrárias, com 72 prédios, que totalizam 8.912 m^2 de área construída. O Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTec) e Instituto de Física e Matemática (IFM) possuem cursos em ambos os municípios (Pelotas e Capão do Leão). O Centro de Integração do Mercosul (CIM) possui cursos em Pelotas, Pinheiro Machado e Eldorado do Sul.

Além dos campi, a Universidade também tem sob seu controle as seguintes áreas: Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo, com 29 ha e 8.762,25 m2 de área construída (seis prédios), instalada no município do Capão do Leão, Barragem de Irrigação do Arroio Chasqueiro, com 1.915 ha e 835,84 m2 de área construída (cinco prédios), situada no município de Arroio Grande, com os postos meteorológicos de Santa Vitória do Palmar e de Santa Isabel, respectivamente com 96,42 m2 e 59,48 m2 de área construída.

1.2. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS FRONTEIRAS

1.2.1. Dados de Identificação do Curso

QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<table>
<tr><th colspan="2">Curso: CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS FRONTEIRAS
Código: NOVO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Unidade: CENTRO DE CIÊNCIAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS - UFPel</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Endereço:
Rua Gomes Carneiro, 01 – Quarto andar – campus Anglo
CEP 96010-610 – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil</td><td>Fone:
+ 55 53 3284-3857</td></tr>
<tr><td>Sítio Eletrônico: --
E-mail: --
Instagram: --</td></tr>
<tr><td>Diretora da Unidade: Isabel Cristina Rosa Barros Rasia</td><td>Gestão: 2025-2029</td></tr>
<tr><td>Coordenador: Daniel Lena Marchiori Neto</td><td>Gestão: 2024-2026</td></tr>
<tr><td>Número de Vagas do Curso: 150</td><td>Modalidade: A distância</td></tr>
<tr><td>Regime Acadêmico: semestral</td><td>Carga Horária Total: 450 horas</td></tr>
<tr><td>Turno de Funcionamento: integral</td><td>Tempo de Integralização: 3 semestres</td></tr>
<tr><td>Área de Conhecimento do Curso: Ciências Sociais Aplicadas</td><td>Periodicidade: A cada dois anos.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Público-Alvo: o Curso é destinado a profissionais graduados que atuam ou venham a atuar em órgãos públicos de todas as esferas e poderes do Estado, em organismos internacionais, em forças de segurança, em empresas com atuação em comércio exterior e logística transfronteiriça, em organizações da sociedade civil e em outras áreas afins.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Requisitos para Inscrição e Matrícula: ser portador de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, além de ser aprovado em processo seletivo específico.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Requisitos para concessão do Certificado de Conclusão: fará jus ao certificado o aluno que obtiver aprovação em todas as disciplinas que compõem a estrutura curricular e entregue ao Colegiado do Curso a versão final do TCC, acompanhada do termo de autorização da biblioteca devidamente preenchido e assinado.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Previsão para início das atividades: 2026/02</td></tr>
<tr><td colspan="2">Titulação Conferida: Especialista em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ato de autorização do Curso: --</td></tr>
<tr><td colspan="2">Reconhecimento do Curso: --</td></tr>
<tr><td colspan="2">Forma de ingresso: O ingresso se dará por meio de editais que seguem as normativas da UAB e da UFPel.</td></tr>
</table>

1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi instituída em 1969, a partir da integração de diferentes unidades de ensino superior já consolidadas na região. Sua formação inicial contou com a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, a Faculdade de Veterinária, a Faculdade de Ciências Domésticas, a Faculdade de Direito – fundada em 1912 e até então vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) –, a Faculdade de Odontologia – criada em 1911, também pertencente à UFRGS –, além do Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958. Entre essas unidades, a Faculdade de Ciências Domésticas (FCD) desempenhou um papel singular, uma vez que tinha como foco o estudo da família, especialmente das camadas de baixa renda, formando bacharéis e licenciados para atuação no ensino de 1º e 2º graus. Com o tempo, a FCD deu origem a outras estruturas acadêmicas, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo (FAT), responsável pela oferta de cursos voltados para a área da gestão.

O processo de transformação da FAT em Centro teve início em 2019, sendo desenvolvido de forma participativa, com ampla mobilização da comunidade acadêmica por meio de reuniões, debates, assembleias e audiências públicas, além da colaboração de outros Centros da universidade, que compartilharam experiências institucionais. Esse movimento culminou em votação no Conselho Departamental da Unidade e, posteriormente, na aprovação da mudança pelo Conselho Universitário (CONSUN), em 26 de novembro de 2020, com a publicação oficial da Resolução n. 39/2020 pela Secretaria dos Conselhos Superiores, em dezembro do mesmo ano. A reestruturação implicou a extinção da antiga divisão departamental – composta pelo Departamento de Administração e pelo Departamento de Turismo – e a constituição de um novo modelo organizacional. No formato atualizado, o Centro de Ciências Sociais Organizacionais (CCSO) passou a ser estruturado por um Conselho, uma Direção e Direção Adjunta, duas Câmaras (de Ensino e Extensão e de Pesquisa e Inovação), duas Secretarias (Acadêmica e Administrativa), bem como pelos Colegiados de Graduação e Pós-Graduação.

Naquele momento, o CCSO manteve a estrutura de cursos, abrangendo tanto a graduação quanto a pós-graduação, todos voltados para o campo da gestão no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. Em nível de graduação, ofertava quatro cursos: o

Bacharelado em Administração (nos turnos vespertino e noturno), o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (noturno), o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (vespertino) e o Bacharelado em Turismo (noturno). No campo da pós-graduação, disponibilizava duas especializações[2] – a Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional e o MBA em Gestão Estratégica de Negócios – além do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP).

Com a política institucional de expansão do ensino superior adotada pela UFPel em 2022, abriu-se a possibilidade de as unidades acadêmicas proporem novos cursos, sobretudo noturnos, superiores de tecnologia e presenciais, de forma a ampliar o acesso e atender às demandas sociais e de mercado. Nesse contexto, um grupo de professores do CCSO elaborou e submeteu ao Conselho da Unidade uma proposta de criação do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior (COMEX), fundamentada na constatação de que parte significativa de seu corpo docente detinha formação e experiência acadêmica e profissional na área, o que conferia solidez e pertinência à proposta.

Analisando o Projeto Pedagógico Institucional da UFPel da época, datado de 2013, um dos princípios gerais estabelecidos era o compromisso da universidade pública com os interesses coletivos. Isto se traduz na concepção de que a universidade pública é um patrimônio da comunidade na qual está inserida e tem, como obrigação, zelar pela qualidade de vida do povo brasileiro em geral e do povo da região em especial, concentrando seus esforços no sentido do coletivo. Desta forma, a equipe vislumbrou uma grande potencialidade do curso para o desenvolvimento local e regional, atendendo aos princípios do PPI da UFPel.

O projeto do Curso de Comércio Exterior foi aprovado por unanimidade pelo Conselho do Centro. A Gestão da UFPel parabenizou o CCSO pela proposta de criação do Curso, destacando, no Despacho 1682281 do Processo SEI 23110.011575/2022-20, que "impactará fortemente o mercado de trabalho na Região de Pelotas e que o grande trabalho realizado pela Unidade na elaboração da proposta se converterá na qualidade do Curso oferecido a nossos estudantes". O Curso de Comércio Exterior iniciou suas atividades em 12 de junho de 2023, marcando o início do primeiro semestre letivo.

---

[2] O MBA em Gestão Estratégica de Negócios foi reformulado e substituído pelo curso de Inovação, Tecnologia e Gestão de Novos Negócios, ao mesmo tempo em que foi criada uma especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, vinculada ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

No percurso de consolidação institucional, entre os dias 7 e 9 de julho de 2025, o curso foi submetido à etapa final do processo de reconhecimento oficial junto ao Ministério da Educação (MEC), condição necessária para a validação de todos os cursos de graduação no Brasil. Esse procedimento envolveu tanto análise documental quanto visita remota de avaliadores designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O curso de Comércio Exterior da UFPel **obteve a nota máxima** (**conceito 5**), com os seguintes índices: 4,67 em organização didático-pedagógica, 4,87 em corpo docente e tutorial, e 4,14 em infraestrutura. Esse resultado atestou a excelência acadêmica da graduação e consagra o esforço institucional empreendido para estruturar uma formação que articula rigor científico, inserção regional e projeção internacional, conferindo ao curso não apenas legitimidade no sistema de ensino superior brasileiro, mas também reconhecimento de sua relevância estratégica para a formação de profissionais aptos a responder aos desafios do comércio exterior contemporâneo.

A consolidação do COMEX evidenciou, junto ao seu corpo docente e discente, uma lacuna formativa na região Sul do Rio Grande do Sul. Faltava uma oferta de pós-graduação que desse continuidade e aprofundamento interdisciplinar aos temas trabalhados na graduação, indo além do domínio técnico-operacional do comércio exterior. O próprio desenho curricular do COMEX já reunia, dispersos em diferentes componentes, os fundamentos de três grandes eixos de conhecimento. A dimensão política já era trabalhada em componentes como *Fundamentos de Ciência Política* e *Cidadania e Direitos Humanos*. A dimensão do desenvolvimento estava presente em *Fundamentos de Economia*, *Economia Internacional* e *Finanças Internacionais*. E a dimensão das relações internacionais já se consolidava em *Introdução ao Comércio Exterior*, *Negociação Internacional*, *Regulação do Comércio Internacional* e *Análise de Cenários Internacionais*.

Foi a partir da constatação dessa base curricular já estruturada, somada à experiência acumulada pelo corpo docente do COMEX na articulação entre política, economia e comércio internacional em contextos de fronteira, que emergiu a proposta de criação de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu capaz de aprofundar esses três eixos de forma interdisciplinar. A proposta amplia o alcance formativo do CCSO para além do

público de comércio exterior e passa a atender também profissionais graduados interessados em estudos de fronteiras.

Essa continuidade institucional também se expressa na composição da equipe responsável pela proposta. Por meio da Portaria nº 12, de 28 de julho de 2026, assinada pela Diretora do CCSO, Profa. Isabel Cristina Rosa Barros Rasia (Processo nº 23110.021321/2026-43, SEI nº 4024188), foi instituída a Comissão de Criação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras, presidida pelo Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto, Coordenador do Curso de Comércio Exterior. Integram ainda a Comissão o Prof. Dr. Luciano Vaz Ferreira, Coordenador Adjunto do mesmo curso, e as professoras doutoras Isabel Teresinha Dutra Soares e Larissa Ferreira Tavares, ambas vinculadas ao Colegiado do Curso de Comércio Exterior. A composição reúne, assim, justamente os docentes responsáveis pela gestão acadêmica consolidada do COMEX, o que confere à proposta um lastro direto na experiência já acumulada pelo Centro.

A presença, na Comissão, de professores diretamente responsáveis pela coordenação e consolidação do COMEX reforça o caráter de continuidade e amadurecimento acadêmico entre os dois cursos. A Especialização não surge isolada, mas como desdobramento natural da trajetória de fortalecimento do CCSO no campo do comércio exterior. Ela amplia essa vocação institucional para um recorte interdisciplinar de pós-graduação, com potencial de atender profissionais e gestores da região Sul e das áreas de fronteira do Cone Sul.

1.2.3. Legislação considerada no PPC

Considerando o que está descrito e referenciado ao longo deste PPC, o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras foi concebido de acordo com os seguintes dispositivos legais ou normas internas da instituição:

- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 12.456, de 19 de maio de 2025. **Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto n. 9.235, de 15 de**

dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2025.

- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 309, de 27 de setembro de 2024**. Regulamenta critérios, estrutura organizacional e normas para seleção de bolsistas e o pagamento de bolsas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 set. 2024.
- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2004.
- BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 65.881, de 16 de dezembro de 1969. **Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Pelotas**. Brasília: Presidência da República, 1969.
- BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**Brasília: Presidência da República, 2005.
- BRASIL. Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Brasília: Presidência da República, 2006.
- BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Brasília: Presidência da República, 2009.
- BRASIL. Decreto n. 8.368, de 2 de dezembro de 2014. **Regulamenta a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de**

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Presidência da República, 2014.

- BRASIL. Decreto-Lei n. 750, de 8 de agosto de 1969. **Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1969.
- BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, 2002.
- BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Brasília: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. **Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Brasília: Presidência da República, 1999.
- BRASIL. Portaria CAPES 124, de 20 de março de 2026. **Altera a Portaria CAPES n. 309, de 27 de setembro de 2024, que regulamenta critérios, estrutura organizacional e normas para seleção de bolsistas e o pagamento de bolsas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Brasília: CAPES, 2026.
- BRASIL. Portaria MEC 378, de 19 de maio de 2025. **Dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação**. Brasília: MEC, 2025.
- BRASIL. Portaria MEC 381, de 20 de maio de 2025. **Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância - EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de**

processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025. Brasília: MEC, 2025.

- BRASIL. Portaria MEC 506, de 10 de julho de 2025. **Regulamenta o Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD**. Brasília: MEC, 2025.
- BRASIL. Portaria MEC 794, de 25 de novembro de 2025. **Altera a Portaria MEC n. 506, de 10 de julho de 2025, que regulamenta o Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais bem como à criação, ao funcionamento, à alteração de endereço e à extinção dos Polos EaD**. Brasília: MEC, 2025.
- BRASIL. **Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com oferta a distância**. Brasília: MEC, 2025.
- BRASIL. Resolução CNE/CES n. 1, de 06 de abril de 2018. **Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências**. Brasília: CNE, 2018.
- BRASIL. Resolução CNE/CES n. 1, de 11 de março de 2016. **Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância**. Brasília: CNE, 2016.
- UFPel. **Estatuto da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 1969.

- UFPel. **Manual de Normas UFPel para trabalhos acadêmicos** – Pelotas, 2023.
- UFPel. Portaria n. 1.234, de 27 de junho de 2022. **Normatiza e regulamenta o uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e dos serviços de Webconferência no âmbito da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2022.
- UFPel. Portaria n. 6.905, de 25 de novembro de 2025. **Constitui a equipe multidisciplinar institucional de apoio à Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2025.
- UFPel. **Regimento Geral da Universidade** – Pelotas, 1977.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 01, de 05 de janeiro de 2005. **Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu** – Pelotas, 2005.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 62, de 30 de novembro de 2023. **Dispõe sobre o regulamento da oferta de componentes curriculares com carga horária parcial ou integral na modalidade de Educação a Distância (EaD) em cursos presenciais de graduação na UFPEL** – Pelotas, 2023a.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 94, de 26 de junho de 2025. **Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2025.
- UFPel. Resolução CONSUN n. 08, de 21 de julho de 2016. **Aprova o Plano Institucional de Acessibilidade na Universidade Federal de Pelota**s – Pelotas, 2016.
- UFPel. Resolução CONSUN n. 102, de 09 de maio de 2023. **Aprova o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas (2023-2036)** – Pelotas, 2023b.
- UFPel. Resolução CONSUN n. 49, de 30 de março de 2021. **Resolve criar "ad referendum" o Centro de Ciências Sócio-Organizacionais – CCSO, suas Câmaras e seu Núcleo Administrativo** – Pelotas, 2021.
- UFPel. Resolução CONSUN n. 66, de 21 de dezembro de 2021. **Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel – PDI – 2022-2026 da UFPel** – Pelotas, 2021.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC

A proposta de criação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras não nasceu de um exercício de gabinete, mas de um processo de escuta construído ao longo da trajetória do Curso de Comércio Exterior. Nas edições do evento *Café com a Coordenação*, espaço de diálogo direto entre coordenação e corpo discente, tornou-se recorrente a manifestação de estudantes e egressos sobre a ausência, na região Sul do Rio Grande do Sul, de uma oferta de pós-graduação que permitisse dar continuidade à formação iniciada na graduação. Essa demanda, reiterada em diferentes encontros, motivou a equipe de professores do COMEX a refletir sobre alternativas de continuidade formativa para seus egressos e para outros profissionais da região.

Essa reflexão encontrou terreno fértil na própria composição do corpo docente do curso. O quadro de professores do COMEX reúne, hoje, formações doutorais bastante diversificadas, o que confere ao curso um caráter naturalmente interdisciplinar. Ao lado de doutores em Administração, o corpo docente conta com formação em Direito, em Estudos Estratégicos Internacionais, em Economia Aplicada, em Ciências Sociais, em Educação e em Agronomia, entre outras áreas. Essa pluralidade se reflete diretamente nos componentes curriculares ministrados, que já articulam, na graduação, discussões de política, de economia e de relações internacionais aplicadas ao comércio exterior.

Foi da convergência entre a demanda estudantil identificada nos espaços de escuta institucional e a capacidade instalada de um corpo docente qualificado e diversificado que a Direção do CCSO, por meio da Portaria nº 12, de 28 de julho de 2026, instituiu a Comissão de Criação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras. Essa Comissão assumiu a tarefa de dar forma institucional a uma demanda amadurecida ao longo da trajetória do COMEX. O presente Projeto Pedagógico de Curso é, assim, o resultado direto do trabalho por ela conduzido, que buscou traduzir em proposta pedagógica concreta o aprofundamento interdisciplinar dos eixos de política, desenvolvimento e relações

internacionais, com atenção especial às dinâmicas dos territórios de fronteira do Cone Sul.

2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Este Projeto Pedagógico de Curso nasce da consonância com as diretrizes institucionais fixadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), aprovado em 2023. Essa convergência ultrapassa a mera adequação formal entre documentos. Ela expressa um alinhamento epistemológico e ético que enraíza a proposta formativa aqui delineada nos fundamentos que orientam a missão, a visão e os princípios da Universidade. Nessa perspectiva, consolida-se a coerência entre os propósitos institucionais e as concepções pedagógicas que estruturam o curso (UFPel, 2023b).

A missão da UFPel consiste em "proporcionar formação pessoal e profissional, sócio-referenciada, construindo criticamente e difundindo conhecimentos universais que garantam o acesso à ciência e à cultura, com respeito à diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e orientada pela perspectiva da inclusão e da sustentabilidade socioambiental" (UFPel, 2023b, p. 7). Mais do que uma declaração institucional, essa concepção explicita o horizonte ético e político que orienta a atuação da Universidade. A Universidade afirma-se como agente de emancipação social, comprometida com a produção e a circulação de saberes que respondem, de modo crítico e transformador, aos desafios do seu tempo.

Em consonância com essa missão, o curso adota uma concepção de formação que integra dimensões técnicas, científicas, éticas e políticas. O processo educativo se converte, nessa leitura, em espaço de construção do pensamento crítico e de afirmação da cidadania. Busca-se a construção e a difusão do conhecimento em diálogo constante com os contextos regionais e globais, num gesto que reafirma o compromisso da Universidade com a democratização do saber, com a valorização da diversidade e com a sustentabilidade ambiental e social. A formação proposta, assim, transcende a mera profissionalização. Ela se firma como prática social voltada à transformação da realidade.

A visão institucional da UFPel se anuncia nestes moldes: "A UFPel, como universidade pública, autônoma e gratuita, será reconhecida pela qualidade da formação

acadêmica e da produção do conhecimento, comprometida com a diversidade, a inclusão, a justiça social, a inovação e a responsabilidade ambiental, sendo relevante regional, nacional e internacionalmente" (UFPel, 2023b, p. 7-8). Essa visão projeta a Universidade como espaço de excelência acadêmica e de relevância social. Nele, a produção do conhecimento se vincula à construção de soluções inovadoras e inclusivas para os problemas coletivos.

O curso materializa essa visão ao propor um processo formativo orientado pela busca da excelência e pela relevância social. Dele nascem a produção de conhecimento crítico e inovador e a formação de profissionais comprometidos com a justiça social, com a inclusão e com o desenvolvimento sustentável. A legitimidade da universidade pública não se esgota na qualidade técnica de sua formação. Ela se completa na capacidade de intervir criticamente na realidade, um gesto que fortalece a democracia e ajuda a superar as desigualdades estruturais.

Os princípios da UFPel se assentam em três eixos: (a) O compromisso da universidade pública com a democracia, a autonomia universitária, as demandas sociais e o desenvolvimento sustentável; (b) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, garantindo uma formação integrada de qualidade; (c) O entendimento do processo didático-pedagógico como interativo, colaborativo e multidimensional, desenvolvendo o senso crítico reflexivo e criativo no percurso formativo (UFPel, 2023b, p. 8).

Esses princípios formam o alicerce pedagógico do curso, que compreende o ensino, a pesquisa e a extensão como dimensões indissociáveis do fazer universitário. Dessa integração nasce um ambiente de aprendizagem crítico e colaborativo, no qual o estudante se torna protagonista do seu percurso formativo e articula saberes científicos, práticos e sociais. A valorização da democracia e da autonomia universitária se manifesta na gestão participativa e no incentivo à pluralidade de ideias. O compromisso com o desenvolvimento sustentável, por sua vez, orienta as práticas acadêmicas para a responsabilidade socioambiental e para uma ética do cuidado com o outro e com o mundo.

É nesse quadro institucional que se situa o compromisso do curso com o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa universitárias, objetivo estratégico do PDI da UFPel. A oferta do curso pelo CCSO, com vinculação estreita ao Curso de Comércio Exterior, reforça o compromisso institucional da UFPel

com o desenvolvimento regional. A Universidade está situada em Pelotas, RS, cidade da Metade Sul do Rio Grande do Sul, área de fronteira e de intensas relações históricas, econômicas e sociais com os países do Cone Sul, sobretudo Uruguai e Argentina.

O curso vincula-se, assim, a três compromissos institucionais que expressam a missão da Universidade de articular ensino, pesquisa e extensão em benefício da sociedade, respondendo a demandas contemporâneas de formação qualificada, desenvolvimento regional e democratização do acesso ao conhecimento:

- **Fortalecer a participação da Universidade no desenvolvimento regional**, contribuindo para a produção e a difusão de conhecimentos voltados às especificidades sociais, econômicas, políticas e institucionais dos territórios fronteiriços, de modo a qualificar a formulação de políticas públicas, fomentar processos de integração regional e ampliar a capacidade de enfrentamento dos desafios característicos dessas áreas.
- **Ampliar a oferta de formação continuada para profissionais já graduados**, proporcionando uma qualificação interdisciplinar alinhada às transformações do mundo do trabalho e às demandas do setor público, das empresas e das organizações da sociedade civil que atuam na interface entre política, economia, desenvolvimento e relações internacionais, especialmente em contextos transfronteiriços.
- **Consolidar a oferta de cursos de pós-graduação na modalidade de educação a distância**, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), ampliando o acesso à formação de excelência para estudantes e profissionais de diferentes regiões do país. Essa estratégia fortalece a interiorização da pós-graduação, promove a democratização do ensino superior público e possibilita alcançar públicos que, em razão de limitações geográficas ou de oferta educacional, encontram maiores dificuldades de acesso, entre eles aqueles residentes em municípios de fronteira.

Este PPC ultrapassa a simples referência à missão, à visão e aos princípios da UFPel. Ele os concretiza em sua estrutura e em sua dinâmica formativa, como instrumento

de efetivação do projeto educacional da Universidade. Traduz, no âmbito do curso, a função social da instituição pública como espaço de produção e difusão de conhecimento comprometido com a transformação social, com a equidade e com a construção de um futuro mais justo, democrático e sustentável (UFPel, 2023b).

2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

A criação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais na Fronteira reflete a crescente complexidade dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que caracterizam as regiões fronteiriças na contemporaneidade. Em um contexto marcado pela intensificação dos fluxos transnacionais de pessoas, mercadorias, capitais, informações e políticas públicas, as fronteiras deixaram de ser compreendidas exclusivamente como limites geográficos entre Estados soberanos para se constituírem em espaços dinâmicos de interação, cooperação, governança, integração regional e, simultaneamente, de disputas, desigualdades e conflitos. Esse cenário exige profissionais capazes de interpretar criticamente as múltiplas dimensões das fronteiras e de formular respostas qualificadas aos desafios delas decorrentes.

A proposta do curso está em consonância com as transformações observadas no campo dos Estudos de Fronteira (*Border Studies*), cuja consolidação nas últimas décadas representou uma profunda renovação teórica e metodológica. Conforme destacam Newman e Paasi (1998), as fronteiras não constituem apenas linhas cartográficas que delimitam a soberania estatal, mas instituições sociais produzidas e continuamente reconstruídas por processos históricos, relações de poder, práticas territoriais e construções identitárias. As fronteiras são, portanto, fenômenos políticos e sociais cuja compreensão exige analisar os processos que produzem pertencimentos, exclusões, territorialidades e formas de organização do espaço (Newman; Paasi, 1998; Paasi, 2009).

Essa perspectiva é aprofundada por Newman (2006), ao demonstrar que o foco contemporâneo dos Estudos de Fronteira deslocou-se da compreensão das fronteiras como objetos estáticos para a investigação dos processos de *bordering*, isto é, das práticas sociais, políticas e institucionais por meio das quais as fronteiras são continuamente construídas, administradas, negociadas, reforçadas ou flexibilizadas em diferentes escalas

territoriais. Nessa abordagem, as fronteiras deixam de se restringir aos limites internacionais entre Estados e passam a ser compreendidas como fenômenos que permeiam múltiplas dimensões da vida social, produzindo mecanismos de inclusão e exclusão, regulando a circulação de pessoas, bens, capitais e informações e estruturando formas de pertencimento político, econômico e cultural. A consolidação dos Estudos de Fronteira resultou justamente da convergência entre diferentes campos do conhecimento, o que evidencia seu caráter intrinsecamente interdisciplinar (Newman, 2006).

A compreensão das fronteiras como objeto interdisciplinar também encontra respaldo nas reflexões de Martins (2012), para quem a fronteira deve ser entendida não apenas como um mecanismo de delimitação territorial, mas como uma categoria epistemológica capaz de organizar formas de conhecimento sobre a realidade social. Para o autor, a fronteira constitui um dispositivo de produção de diferenças, identidades e referenciais políticos, permitindo compreender como se estruturam relações de poder, formas de pertencimento e processos de organização do espaço em diferentes escalas (Martins, 2012). Essa abordagem amplia significativamente o campo analítico das fronteiras, permitindo compreendê-las como espaços privilegiados para o estudo das transformações do Estado, das dinâmicas da integração regional, das políticas públicas, da segurança, do desenvolvimento e das relações internacionais.

A proposta parte do reconhecimento de que as regiões fronteiriças são espaços estratégicos para o Estado e para a sociedade. Nesse cenário, o curso incorpora a leitura crítica sobre o paradoxo entre os fluxos globais e a redefinição de barreiras identitárias e territoriais nas cidades gêmeas e regiões de fronteira, capacitando profissionais para intervir de forma qualificada em contextos de hibridismo cultural e institucional. A formação de profissionais capazes de compreender essas dinâmicas de maneira crítica, interdisciplinar e aplicada se torna, nesse contexto, uma necessidade que não se pode adiar. Ela contribui para a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas e estratégias institucionais voltadas ao desenvolvimento das regiões de fronteira.

A formação contempla diferentes dimensões do conhecimento. Do ponto de vista científico, promove o diálogo interdisciplinar entre referenciais consolidados da Ciência Política, das Relações Internacionais, da Economia do Desenvolvimento e dos Estudos de Fronteira. Na dimensão econômica, enfatiza a análise do comércio exterior, da logística internacional, das cadeias produtivas e dos processos de integração regional. Sob

a perspectiva social e cultural, aborda temas como mobilidade humana, migrações, identidade, cidadania, diversidade cultural e interculturalidade, características marcantes dos territórios fronteiriços. Na dimensão político-institucional, dedica especial atenção à governança multinível, à cooperação internacional, ao federalismo, à paradiplomacia e às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. De forma transversal, a sustentabilidade socioambiental atravessa como um fio a análise e a intervenção sobre os desafios contemporâneos das regiões de fronteira.

A concepção pedagógica do Curso se apoia na integração entre conhecimentos teóricos e aplicações práticas. Dessa integração emergem, para o estudante, instrumentos analíticos capazes de interpretar os processos contemporâneos de transformação política, econômica e social que atravessam as regiões fronteiriças. O curso busca, ao mesmo tempo, desenvolver competências para a atuação profissional em órgãos públicos, organismos internacionais, instituições de ensino e pesquisa, forças de segurança, organizações da sociedade civil e empresas cujas atividades se relacionem às dinâmicas transfronteiriças e à inserção internacional.

O eixo transversal que articula a proposta do curso é o contexto do Cone Sul. Os referenciais teóricos mobilizados ao longo da formação adquirem especial relevância nessa região, caracterizada por extensas áreas de fronteira marcadas pela intensa circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços, pela crescente interdependência econômica, pela cooperação transfronteiriça e pela constituição de redes urbanas binacionais. Ao mesmo tempo, persistem desafios relacionados às assimetrias econômicas e institucionais, à segurança pública, à gestão dos fluxos migratórios, à infraestrutura logística, à proteção ambiental e à coordenação de políticas públicas entre diferentes níveis de governo.

Nas últimas décadas, o aprofundamento dos processos de integração regional na América do Sul contribuiu para redefinir o papel das regiões fronteiriças, que deixaram de ser compreendidas apenas como periferias dos Estados nacionais para assumirem posição estratégica nas dinâmicas políticas, econômicas e sociais do continente. Nesses territórios, a integração manifesta-se por meio da circulação cotidiana de trabalhadores, estudantes, consumidores e serviços públicos, bem como pela cooperação entre governos locais, universidades, organizações da sociedade civil e agentes econômicos. As fronteiras tornam-se, assim, espaços privilegiados para observar como políticas de

cooperação são efetivamente implementadas e como os processos de integração produzem novas formas de governança territorial, frequentemente distintas daquelas concebidas exclusivamente pelos governos centrais (Perkmann; Sum, 2002; Rhi-Sausi; Oddone, 2013).

A literatura especializada destaca que a integração regional contemporânea não pode ser compreendida apenas a partir das instituições formais ou dos acordos interestatais. Ela depende igualmente da construção de redes de cooperação transfronteiriça, da atuação de governos subnacionais, da paradiplomacia e da participação de múltiplos atores públicos e privados, responsáveis por produzir mecanismos de coordenação em áreas como desenvolvimento econômico, infraestrutura, segurança, educação, saúde e gestão ambiental. Sob essa perspectiva, as fronteiras deixam de representar exclusivamente barreiras territoriais para converterem-se em espaços de interação institucional, experimentação de políticas públicas e inovação política (Perkmann; Sum, 2002; Rhi-Sausi; Oddone, 2013).

No Cone Sul, essas dinâmicas assumem particular relevância em razão da elevada densidade de cidades gêmeas, da existência de cadeias produtivas articuladas em escala regional, da intensa mobilidade populacional e da consolidação de múltiplos mecanismos de cooperação entre os países da região. Ao mesmo tempo, persistem desafios relacionados às assimetrias de desenvolvimento, à coordenação regulatória, à gestão compartilhada de recursos e à formulação de políticas públicas integradas, evidenciando que os processos de integração regional são marcados pela coexistência entre oportunidades de cooperação e tensões políticas, econômicas e institucionais (Vigevani; Ramanzini, 2022; Riggirozzi; Tussie, 2012).

É justamente essa combinação entre elevado grau de interação transfronteiriça e persistência de desafios compartilhados que torna o Cone Sul um espaço particularmente relevante para a formação de profissionais e pesquisadores capazes de compreender a complexidade das fronteiras contemporâneas. A diversidade de experiências presentes na região oferece um campo empírico privilegiado para articular os referenciais teóricos desenvolvidos ao longo do curso com a análise de problemas concretos relacionados às políticas públicas, ao desenvolvimento territorial, à cooperação internacional e às relações entre Estado, sociedade e território. Dessa forma, o recorte regional adotado constitui um elemento integrador da proposta pedagógica, proporcionando uma abordagem

interdisciplinar ancorada em uma realidade de elevada relevância acadêmica e profissional.

Em consonância com as diretrizes da educação superior e com a política de inovação pedagógica da UFPel, o curso adotará as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como apoio ao processo de ensino e aprendizagem, no ambiente virtual institucional e-AULA. Estas tecnologias ampliam o acesso à formação continuada. Favorecem, também, a integração entre estudantes de diferentes regiões e sustentam metodologias de ensino compatíveis com a realidade profissional dos pós-graduandos.

Por sua natureza interdisciplinar e aplicada, o curso contribui para a formação de especialistas aptos a produzir conhecimento, formular soluções e atuar de maneira qualificada diante dos desafios contemporâneos das regiões de fronteira. Reafirma, com isso, o compromisso da Universidade Federal de Pelotas com a excelência acadêmica, com a formação continuada de profissionais, com a internacionalização, com a responsabilidade social e com a promoção de um desenvolvimento regional sustentável, democrático e inclusivo.

2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

Pelotas é um município da região sul do Rio Grande do Sul. É a quarta cidade mais populosa do Estado, com cerca de 343 mil habitantes (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de Pelotas avança na última década, ainda que de forma lenta. Segundo dados do IBGE, compilados pelo SEBRAE (2019), o índice era de 0,64 em 2008 e alcançou 0,72 em 2018, o que situa o município num patamar médio de desenvolvimento socioeconômico. A região, apesar dos avanços observados, ainda enfrenta desafios ligados à diversificação econômica, à atração de investimentos, à geração de emprego qualificado e à redução das desigualdades territoriais. Esses desafios pedem políticas públicas capazes de articular desenvolvimento econômico, inclusão social e cooperação institucional.

Nesse contexto, a Universidade Federal de Pelotas se destaca como agente estratégico para o desenvolvimento regional. Em parceria com a Associação dos Municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul (AZONASUL), a UFPel mantém, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, o Programa de Desenvolvimento Social nos

Municípios da AZONASUL. O programa fortalece a interação entre universidade, poder público e sociedade. Além dessa iniciativa, a Universidade desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à formulação, à implementação e à avaliação de políticas públicas, o que fortalece as capacidades institucionais da região.

A Metade Sul do Rio Grande do Sul tem reconhecida vocação para a integração regional e para os negócios internacionais. Sua localização estratégica, próxima às fronteiras com o Uruguai e a Argentina, insere a região entre as áreas mais dinâmicas do Mercosul. A fronteira entre Brasil e Uruguai constitui um laboratório empírico e conceitual privilegiado para a análise de políticas públicas compartilhadas, cooperação transfronteiriça e dinâmicas de hibridismo cultural e institucional (Censon, 2019).

A importância estratégica dessa região é reconhecida também pelo Governo Federal, que instituiu políticas voltadas à Faixa de Fronteira brasileira, tida como área prioritária para o fortalecimento da integração nacional, da cooperação internacional, da segurança, da infraestrutura e do desenvolvimento regional. A crescente complexidade das dinâmicas econômicas, políticas e sociais presentes nesses territórios exige profissionais capazes de compreender os desafios da governança das fronteiras e de formular soluções para problemas que ultrapassam os limites administrativos dos entes federativos.

Sob a perspectiva econômica, a região reúne ativos logísticos de peso. O Porto do Rio Grande figura entre os principais portos públicos brasileiros e desempenha papel de destaque na inserção internacional da economia gaúcha. Nos últimos anos, registrou crescimento expressivo na movimentação de cargas e nas exportações. O Porto de Pelotas, paralelamente, atravessa um processo de modernização e expansão de suas operações, o que amplia sua relevância para a logística regional. Esse cenário acompanha o crescimento do comércio exterior do Rio Grande do Sul e reforça a necessidade de formar profissionais aptos a compreender as relações entre desenvolvimento regional, infraestrutura logística, integração econômica e inserção internacional.

Os desafios das regiões de fronteira, contudo, extrapolam as questões do comércio exterior e da logística. As fronteiras são espaços privilegiados de interação entre diferentes sistemas políticos, jurídicos, econômicos e culturais. Reúnem temas como integração regional, cooperação internacional, migrações, segurança pública, desenvolvimento territorial, sustentabilidade, gestão ambiental, paradiplomacia e

governança multinível. A complexidade desses fenômenos exige formação interdisciplinar capaz de integrar conhecimentos das áreas de Ciência Política, Relações Internacionais, Direito, Economia, Administração Pública e Desenvolvimento Regional. Essa demanda se verifica tanto no setor público, em órgãos de relações exteriores, defesa, segurança pública, planejamento regional e comércio exterior, quanto no setor privado, em empresas com atuação em comércio internacional e logística transfronteiriça, e em organizações do terceiro setor e organismos de cooperação regional.

A criação de um curso de pós-graduação lato sensu responde, nesse contexto, à necessidade de aperfeiçoamento e atualização de profissionais já graduados que atuam em órgãos públicos, organizações internacionais, forças de segurança, empresas, entidades do terceiro setor e instituições vinculadas ao desenvolvimento regional e ao comércio exterior. A crescente complexidade das políticas públicas e das relações internacionais contemporâneas exige formação continuada. Ela permite que esses profissionais ampliem suas competências analíticas e técnicas para atuar em ambientes marcados pela cooperação internacional, pela integração regional e pelos desafios próprios das regiões de fronteira.

Além da demanda por qualificação profissional, observa-se uma lacuna na oferta de cursos de especialização com enfoque interdisciplinar em política, desenvolvimento e relações internacionais nas fronteiras. Instituições como a UFPel, a FURG e a UNIPAMPA possuem cursos de graduação e programas de pós-graduação em áreas correlatas, mas não há, na Metade Sul do Rio Grande do Sul, uma especialização que integre de forma sistemática os estudos sobre políticas públicas, desenvolvimento territorial, integração regional e relações internacionais aplicados às regiões de fronteira. A proposta dialoga, ainda, com a trajetória já consolidada do CCSO na formação de profissionais para a área de comércio exterior. Amplia essa vocação institucional para um recorte mais amplo, de caráter político, social e estratégico, das relações internacionais em contextos fronteiriços, sem se sobrepor aos cursos de graduação já ofertados pelo Centro, com os quais mantém complementaridade. A presente proposta busca, assim, suprir uma demanda acadêmica e profissional ainda não atendida. Fortalece a formação de recursos humanos qualificados e consolida a UFPel como referência regional na produção e difusão de conhecimentos sobre desenvolvimento e governança das fronteiras.

Some-se a isso a oportunidade de usar a modalidade EaD, via UAB, para democratizar o acesso a essa formação especializada. Ela alcança profissionais e gestores públicos situados em municípios de fronteira e em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, historicamente com menor acesso a cursos de pós-graduação presenciais nessa área de conhecimento.

A criação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras reafirma, assim, o compromisso da Universidade Federal de Pelotas com a formação continuada de excelência, com a internacionalização, com o desenvolvimento regional e com a produção de conhecimento aplicado às necessidades da sociedade. Ao qualificar profissionais capazes de compreender e atuar sobre os desafios contemporâneos das regiões de fronteira, o curso contribuirá para o fortalecimento das instituições públicas e privadas e para a promoção de um desenvolvimento sustentável na Metade Sul do Rio Grande do Sul e no espaço de integração do Mercosul.

2.5. OBJETIVOS DO CURSO

O **objetivo geral** é qualificar profissionais portadores de diploma de curso superior para atuar de forma crítica, interdisciplinar e inovadora na análise, formulação, implementação e avaliação de políticas, estratégias e ações relacionadas ao desenvolvimento, às relações internacionais e à governança das regiões de fronteira, especialmente no contexto do Cone Sul. O curso articula, para isso, fundamentos teóricos e instrumentos analíticos aplicados às dimensões política, econômica, institucional, social, ambiental e de segurança dos territórios fronteiriços.

Como **objetivos específicos**, tem-se:

- Compreender os modelos de organização do Estado, as estruturas político-institucionais e os sistemas de governo dos países do Cone Sul, e identificar seus impactos sobre a gestão pública e a cooperação em regiões de fronteira;

- Analisar as principais teorias das Relações Internacionais, da Ciência Política e da Economia do Desenvolvimento, e relacioná-las aos processos de integração regional, governança das fronteiras e inserção internacional;
- Examinar as dinâmicas econômicas das regiões de fronteira, com ênfase no comércio exterior, na logística internacional, na infraestrutura de transportes e na facilitação do comércio entre os países do Mercosul;
- Desenvolver competências para compreender e analisar os desafios contemporâneos relacionados à segurança, à defesa, à gestão de riscos, às migrações e à cooperação internacional em territórios fronteiriços;
- Capacitar os estudantes para formular, implementar e avaliar políticas públicas, projetos e arranjos institucionais de cooperação voltados ao desenvolvimento regional, à governança multinível e à integração transfronteiriça;
- Compreender as fronteiras como espaços de interação social, diversidade cultural e construção de identidades, e analisar processos de mobilidade humana, cidadania, inclusão social e desenvolvimento sustentável;
- Desenvolver competências para interpretar dados, elaborar diagnósticos e produzir análises aplicadas sobre fenômenos políticos, econômicos e sociais relacionados às regiões de fronteira, de modo a subsidiar processos de tomada de decisão nos setores público e privado;
- Promover o aperfeiçoamento profissional contínuo dos estudantes, e estimular a atualização de conhecimentos, o pensamento crítico e a aplicação de soluções inovadoras aos desafios contemporâneos das regiões de fronteira;
- Desenvolver autonomia para a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e das metodologias próprias da Educação a Distância, de modo a favorecer a aprendizagem colaborativa e a formação continuada ao longo da vida.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1. ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras foi concebida a partir de um conjunto articulado de referências normativas próprias à pós-graduação lato sensu. A Especialização ora proposta encontra seu fundamento primeiro na Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu. O artigo 7º da Resolução CNE/CES nº 1/2018 determina que todo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu deve prever, no mínimo, uma matriz curricular com carga horária mínima de 360 horas, composta por disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional, a composição de um corpo docente devidamente qualificado e processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes.

O presente Projeto Pedagógico de Curso supera com folga o piso normativo estabelecido, prevendo uma carga horária total de 450 horas, distribuída de forma simétrica ao longo de três módulos, o que evidencia o compromisso institucional com um processo formativo robusto e consistente com a complexidade temática proposta. Complementarmente, o artigo 9º da mesma Resolução exige que o corpo docente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu seja constituído por, no mínimo, trinta por cento de portadores de título de pós-graduação stricto sensu. No caso presente, a totalidade do núcleo docente responsável pela concepção do curso é composta por doutores, o que garante o pleno atendimento a essa exigência e reforça a qualificação acadêmica da proposta.

No plano institucional, a organização curricular observa igualmente as disposições do Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal de Pelotas (UFPel, 2005), bem como o guia elaborado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Educacional (NUPED) para a construção de Projetos Pedagógicos de Curso, fundamentado na Resolução nº 62/COCEPE/2023. Considerando ainda a modalidade de oferta a distância no âmbito da Universidade Aberta do Brasil, o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância por instituições de

educação superior, compõe o arcabouço normativo que orienta as decisões pedagógicas e operacionais aqui apresentadas, ainda que este decreto trate primordialmente da modalidade nos cursos de graduação, sendo aplicado por analogia e boa prática institucional às especificidades da pós-graduação lato sensu ofertada a distância, além da Portaria n. 309, de 27 de setembro de 2024 da CAPES.

A concepção pedagógica da estrutura curricular parte de uma arquitetura deliberadamente simétrica e progressiva, organizada em três módulos de 150 horas cada, totalizando as 450 horas mencionadas. No primeiro módulo, há o componente *Introdução à Educação a Distância*, com carga horária de 30 horas. A escolha por iniciar a trajetória formativa com essa disciplina não decorre de exigência normativa específica aplicável aos cursos de especialização, uma vez que nem o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, nem a Resolução CNE/CES nº 1/2018 impõem tal componente. Trata-se, antes, de uma decisão pedagógica fundamentada nos Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com Oferta a Distância, publicados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação em 2025. Embora esse documento se destine formalmente aos cursos de graduação, seus princípios sobre a experiência do estudante na modalidade a distância revelam-se plenamente pertinentes à especialização, na medida em que apontam que a instituição de ensino superior deve capacitar o estudante para as características do processo de ensino e aprendizagem a distância, e que ambientes de aprendizagem estruturados de forma mais acolhedora tendem a apresentar resultados superiores de desempenho acadêmico, de conclusão de curso e de empregabilidade. A disciplina inaugural cumpre, portanto, uma função dupla, ao mesmo tempo instrumental e afetiva, familiarizando o estudante com o Ambiente Virtual de Aprendizagem e com as metodologias próprias da educação a distância, e construindo desde o primeiro contato um sentimento de pertencimento à turma e à instituição, fator reconhecidamente associado à redução da evasão nessa modalidade de ensino.

O núcleo central da matriz curricular organiza-se em torno de três eixos temáticos que dão nome ao próprio curso, a saber, ***Política***, ***Desenvolvimento*** e ***Relações Internacionais***. Cada um desses eixos é operacionalizado por meio de duas disciplinas complementares entre si, sendo a primeira de caráter geral, voltada à construção do arcabouço teórico e conceitual do eixo, e a segunda de caráter específico, direcionada ao aprofundamento temático nas dinâmicas próprias dos territórios de fronteira do Cone Sul.

O eixo da Política é assim composto pela disciplina geral *Instituições Políticas e Organização do Estado no Cone Sul*, com carga horária de 60 horas, e pela disciplina específica *Políticas Públicas e Governança em Zonas de Fronteira*, com carga horária de 45 horas. O eixo do Desenvolvimento reúne a disciplina geral *Desenvolvimento Econômico no Cone Sul*, também com 60 horas, e a disciplina específica *Comércio e Logística Transfronteiriça*, com 45 horas. Por fim, o eixo das Relações Internacionais compreende a disciplina geral *Relações Internacionais no Cone Sul*, com 60 horas, e a disciplina específica *Segurança e Zonas de Fronteira*, com 45 horas.

Essa lógica de progressão do geral para o específico não é meramente organizacional, mas expressa uma concepção epistemológica deliberada acerca da formação do especialista em política, desenvolvimento e relações internacionais nas fronteiras. Parte-se do pressuposto de que o domínio aprofundado das dinâmicas fronteiriças exige, antes de tudo, a consolidação de um repertório teórico consistente sobre as instituições, as estruturas econômicas e o sistema internacional que conformam o Cone Sul como região, para que somente então o estudante seja convidado a mobilizar esse repertório na análise de fenômenos concretos e situados, como a governança em zonas de fronteira, a logística transfronteiriça e as questões de segurança regional. Essa arquitetura dialoga diretamente com a trajetória formativa do Curso de Comércio Exterior da UFPel, cujo desenho curricular já articula, de forma dispersa entre diferentes componentes obrigatórios, os fundamentos que aqui são retomados e aprofundados de maneira sistemática e interdisciplinar.

No último módulo, está prevista a disciplina *Sociedade, Identidade e Integração Fronteiriça*, com carga horária de 45 horas, concebida como espaço de convergência entre os três eixos temáticos anteriormente desenvolvidos, no qual as dimensões política, econômica e das relações internacionais são mobilizadas conjuntamente para a compreensão dos processos de construção identitária e de integração social nas regiões de fronteira. Encerra a matriz curricular o *Trabalho de Conclusão de Curso*, com carga horária de 60 horas, no qual o estudante consolida, em formato de artigo científico, os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso formativo, sob orientação docente, com vistas à apresentação de sua pesquisa aplicada.

No que se refere à organização temporal, cada unidade curricular será ofertada ao longo de um período mínimo de 15 semanas, valor que atende aos já mencionados

Referenciais de Qualidade do Ministério da Educação. Essa opção decorre da compreensão de que o tempo de maturação e reorganização mental dos conteúdos, especialmente em uma área de conhecimento marcada pela complexidade analítica das relações entre política, economia e dinâmicas internacionais, é condição necessária para que o estudante consiga de fato reconstruir, de forma crítica e autoral, os saberes teórico-práticos mobilizados em cada componente curricular. Os processos avaliativos do curso serão, portanto, definidos em consonância com o Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da UFPel e com as diretrizes gerais estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 1/2018, privilegiando instrumentos compatíveis com a modalidade de ensino a distância e com o perfil de estudante trabalhador ao qual o curso prioritariamente se destina.

3.2. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso busca conciliar rigor normativo, coerência epistemológica e sensibilidade pedagógica às especificidades da modalidade a distância. Como resultado desse processo amplamente participativo e divulgado, apresenta-se a estrutura curricular, refletindo os objetivos de atualização, alinhamento às diretrizes educacionais e adequação às necessidades contemporâneas do mundo do trabalho.

QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS FRONTEIRAS
Carga horária total do Curso: 450 horas

MÓDULO I

Código	**Unidade**	**Componente curricular**	**Cr**	**T**	**P**	**EXT**	**CH (h)**	**Pré-Requisito**
NOVO	CCSO	Introdução à Educação a Distância	2	2			30	

NOVO	CCSO	Instituições Políticas e Organização do Estado no Cone Sul	4	4			60	
NOVO	CCSO	Relações Internacionais no Cone Sul	4	4			60	
Total			**10**				**150**	

MÓDULO II

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CCSO	Desenvolvimento Econômico no Cone Sul	4	4			60	
NOVO	CCSO	Políticas Públicas e Governança em Zonas de Fronteira	3	3			45	
NOVO	CCSO	Segurança em Zonas de Fronteira	3	3			45	
Total			**10**				**150**	

MÓDULO III

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CCSO	Comércio e Logística Transfronteiriça	3	3			45	
NOVO	CCSO	Sociedade, Identidade e Integração Fronteiriça	3	3			45	
NOVO	CCSO	Trabalho de Conclusão de Curso	4	4			60	
Total			**10**				**150**	

3.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Para a integralização curricular o aluno deverá apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a ser desenvolvido em área de domínio do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras. Trata-se de atividade obrigatória para a conclusão do Curso, desenvolvida ao

longo do último módulo como parte integrante do componente curricular ***Trabalho de Conclusão de Curso***, respeitado o prazo regulamentar de dezoito meses a contar da data de matrícula do aluno, sem possibilidade de prorrogação.

O TCC deverá ser apresentado exclusivamente na forma de artigo científico, com extensão entre 20 e 35 páginas, observadas as diretrizes da ABNT e modelo específico a ser disponibilizado pelo Colegiado do Curso.

A atividade é realizada sob supervisão de um professor orientador. O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso é ofertado de forma colegiada, por diferentes professores que atuam como orientadores de TCC, cabendo a cada aluno vincular-se obrigatoriamente a um deles para a elaboração de seu trabalho. Compete ao Coordenador do Curso realizar, no início do semestre, consulta prévia aos alunos sobre suas afinidades temáticas e, com base nela, indicar o respectivo orientador, cabendo-lhe ainda a intermediação de eventuais conflitos surgidos no curso da orientação, inclusive a transferência do aluno para outro orientador.

Ao orientador cabe definir com o orientando o tema do trabalho, acompanhar e orientar sua elaboração ao longo do semestre, e exercer as demais funções inerentes à atividade de orientação, respeitadas as normas constantes neste Projeto Pedagógico.

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso obedecerá a cronograma definido pelo Colegiado do Curso no início do semestre, com prazos estipulados para cada etapa. Dentro do prazo fixado, o orientador encaminhará ao Coordenador do Curso a versão final do trabalho de seu orientando, acompanhada da indicação de dois nomes para compor a banca examinadora, exigido de ambos os membros o título mínimo de Doutorado, cabendo ao Coordenador do Curso a emissão da respectiva portaria de composição.

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso não contempla sessão pública de defesa. Cada integrante da banca examinadora emitirá parecer individual sobre o trabalho recebido e, em seguida, a banca realizará sessão de avaliação da qual resultará ata com a indicação de aprovação ou reprovação, que será encaminhada para homologação pelo Colegiado do Curso. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6 (seis), calculada pela média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da banca, desde que nenhuma delas seja inferior a 6 (seis). O aluno reprovado

uma única vez no TCC terá direito a nova avaliação, em data fixada pela Coordenação do Curso, observado o prazo máximo regulamentar de dezoito meses.

Para a obtenção do certificado de Especialista em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras, o aluno deverá entregar ao Colegiado do Curso a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso, acompanhada do termo de autorização da biblioteca devidamente preenchido e assinado. Quando a banca examinadora contar com membro externo à Universidade Federal de Pelotas, o orientador deverá informar ao Coordenador do Curso seu nome completo, número de identidade, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas e data de nascimento, de modo a viabilizar a emissão da portaria correspondente.

3.4. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

A seguir, são expostas as caracterizações dos componentes curriculares do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras.

QUADRO 4: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

<table>
<tr><th colspan="4">MÓDULO I</th></tr>
<tr><td colspan="3">COMPONENTE CURRICULAR
Introdução à Educação a Distância</td><td>CÓDIGO

NOVO</td></tr>
<tr><td colspan="3">Departamento ou equivalente
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais</td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="2">CARGA HORÁRIA:
Horas: 30
Créditos: 2</td><td colspan="3">Distribuição de créditos EaD</td></tr>
<tr><td>T
2</td><td>P</td><td>EXT</td></tr>
<tr><td colspan="4">OBJETIVO</td></tr>
</table>

Compreender os fundamentos da Educação a Distância (EAD), analisando a organização dos sistemas de ensino, os processos de comunicação, tutoria e avaliação, as relações entre os sujeitos da prática pedagógica, bem como o uso de Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e de metodologias digitais para promover a interação e a aprendizagem.

EMENTA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELCHER, Carla Denize Ott *et al.* **Princípios pedagógicos para uso de tecnologias digitais.** Pelotas: UFPel, 2025. 62p. ISBN 978-65-01-60250-9. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/xmlui/handle/prefix/19352. Acesso em: 16 jan. 2026.

FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina Costa. **Metodologias inov-ativas:** na educação presencial, a distância e corporativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2023. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786587958033.

SKORA, Claudio Marlus; STOCHERO, Cleusa Maria Pasetto; SOUZA, Karla Isabel de; TOLEDO, Maria Elena Roman de Oliveira; CERIGATTO, Mariana Pícaro; NICÁCIO, Rosemary Trabold; GOULART, Tamires Pereira Duarte. **Introdução à educação a distância - EAD.** 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2022. 1 recurso online (170 p.). ISBN 9786556903774.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ÁVILA, Christiano Martino Otero *et al.* (org.). **Relatos de práticas exitosas no ensino remoto.** Pelotas: Ed. dos autores, 2023. 329 p. ISBN 978-65-00-68788-0. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/xmlui/handle/prefix/19306. Acesso em: 12 jan. 2026.

CERIGATTO, Mariana P; OLIVEIRA, Édison T; MACHADO, Viviane G. **Introdução à educação a distância.** 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788595026209.

INTRODUÇÃO à educação a distância. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 1 recurso online (324 p.). ISBN 9788522123803.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação à distância:** fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem. 1. ed. São Paulo: Érica, 2015. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788536522210.

VELOSO, Braian Garrito; PARESCHI, Claudinei Zagui; OLIVEIRA, Achilles Alves de (org.). **Educação e contemporaneidade:** desafios e possibilidades na cultura digital. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. 388 p. ISBN 978-85-7221-308-0. Disponível em:

https://www.pimentacultural.com/livro/educacao-contemporaneidade-desafios/. Acesso em: 14 mar. 2025.CHIAVENATO, Idalberto. **Administração:** teoria, processo e prática. 6. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786559773305.

COMPONENTE CURRICULAR	**CÓDIGO**
Instituições Políticas e Organização do Estado no Cone Sul	NOVO
Departamento ou equivalente	
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais	

CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos EaD**		
	T	**P**	**EXT**
Horas: 60			
Créditos: 4	4		

OBJETIVO

Compreender os modelos de organização do Estado moderno para analisar comparativamente as estruturas constitucionais e institucionais dos países do Cone Sul, com ênfase nos arranjos federativos/unitários relevantes para a gestão de políticas na região de fronteira.

EMENTA

Formação e características do Estado moderno. Soberania, poder constituinte e formas de governo. Federalismo e unitarismo: modelos comparados de distribuição territorial do poder. Organização político-institucional e constitucional dos países do Cone Sul: sistemas de governo, estrutura do Judiciário e repartição de competências entre entes federativos/unitários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIANTURCO, Adriano. **A ciência da política:** uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2024. 1 recurso online (520 p.). ISBN 9788530991562.

KELLSTEDT, Paul M; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da pesquisa em ciência política.** 1. ed. São Paulo: Blucher, 2015. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788521209973.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. 1 recurso online (1535 p.). ISBN 9786551771811.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Ciência política.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788522476725.

MACHADO, Costa; FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **Constituição federal interpretada:** artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 14. ed. Barueri: Manole, 2024. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788520465011.

RANIERI, Nina. **Teoria do estado:** do estado de direito ao estado democrático de direito. 3. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2023. 1 recurso online (198 p.). ISBN 9786556277790.

SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de direito constitucional.** 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (1472 p.). ISBN 9788553626885.

VESTING, Thomas. **Teoria do estado:** a transformação do estado na modernidade. 1. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786555599244.

COMPONENTE CURRICULAR			**CÓDIGO**
Relações Internacionais no Cone Sul			NOVO
Departamento ou equivalente			
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais			
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos EaD**		
	T	**P**	**EXT**
Horas: 60			
Créditos: 4	4		

OBJETIVO

Compreender os fundamentos teóricos das Relações Internacionais e as dinâmicas do sistema internacional, analisando as fronteiras como espaços de soberania, cooperação e conflito, o papel dos atores estatais e não estatais e a inserção internacional do Brasil, com ênfase nas relações políticas, diplomáticas e estratégicas estabelecidas no contexto do Cone Sul.

EMENTA

Evolução do campo de estudo das Relações Internacionais e dos principais paradigmas teóricos. Fronteiras como espaços de soberania, cooperação e conflito. O papel dos atores estatais e não estatais na política internacional. A inserção internacional do Brasil e suas relações políticas, diplomáticas e estratégicas com os países do Cone Sul.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Teoria das relações internacionais.** São Paulo: Contexto, 2021. 1 recurso online. ISBN 9786555411430.

LESSA, Antônio Carlos; DORATIOTO, Francisco. **História das relações internacionais do Brasil.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2025. 1 recurso online (307 p.). ISBN 9786555415926.

LESSA, Antônio Carlos; PATTI, Carlo. **História das relações internacionais.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023. 1 recurso online (176 p.). ISBN 9786555412147.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORREIA, Pedro de Pezarat. **Manual de geopolítica e geoestratégia.** 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2018. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9789724421001.

LESSA, Antônio Carlos. **Teoria das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2009. 1 recurso online. ISBN 9788502199705.

PECEQUILO, Cristina S. **A reconfiguração do poder global em tempos de crise.** 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788550819020.

PENNAFORTE, Charles. **Análise dos Sistemas-Mundo:** uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. 2. ed. Pelotas: Ed. da UFPel, 2023. 81 p. (Coleção Dinâmicas Contemporâneas: História, Geopolítica & Relações Internacionais; 3). ISBN 978-85-60696-19-2. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/9196. Acesso em: 16 jul. 2025.

SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Histórias das relações internacionais contemporâneas.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788502110687.

MÓDULO II

COMPONENTE CURRICULAR			**CÓDIGO**
Desenvolvimento Econômico no Cone Sul			NOVO
Departamento ou equivalente			
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais			
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos EaD**		
	T	**P**	**EXT**
Horas: 60			
Créditos: 4	4		

OBJETIVO

Analisar criticamente as principais correntes teóricas do desenvolvimento, identificando o papel das instituições do Estado na formulação de estratégias para a superação de desigualdades e a promoção do desenvolvimento regional no Cone Sul.

EMENTA

Fundamentos teóricos do desenvolvimento econômico. Principais correntes do pensamento sobre desenvolvimento. O papel do Estado e das instituições democráticas no fomento do desenvolvimento. Desenvolvimento regional e inserção internacional. Desenvolvimento econômico dos países do Cone Sul, processos de integração regional e desenvolvimento de zonas de fronteiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUM, Argemiro Jacob. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 30. ed. Ijuí: Unijuí, 2020. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786586074468.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia.** 6. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788595159679.

VELOSO, Fernando *et al.* (org.). **Desenvolvimento econômico:** uma perspectiva brasileira. São Paulo: GEN Atlas, 2012. 1 recurso online. ISBN 9788595154759.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Alexandre de Freitas; SAES, Alexandre Macchione. **Celso Furtado:** trajetória, pensamento e método. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. 1 recurso online (115 p.). ISBN 9786559285044.

BRUE, Stanley L; GRANT, Randy R. **História do pensamento econômico.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 1 recurso online (608 p.). ISBN 9786555583625.

KON, Anita; BORELLI, Elizabeth. **Aportes ao desenvolvimento da economia brasileira.** 1. ed. São Paulo: Blucher, 2015. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788580391237.

LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais e comércio internacional.** 4. Rio de Janeiro: Método, 2015. 1 recurso online. (Provas & concursos). ISBN 978-85-309-6581-5.

PENNAFORTE, Charles (org.). **Mercosul 25 anos:** Avanços, Impasses e Perspectivas. Pelotas: Centro de Integração do Mercosul. UFPel, 2016. 261 p. ISBN 978-85-61336-21-9. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7365. Acesso em: 8 abr. 2021.

COMPONENTE CURRICULAR	**CÓDIGO**
Políticas Públicas e Governança em Zonas de Fronteira	NOVO
Departamento ou equivalente	
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais	
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos EaD**

Horas: 45 **Créditos:** 3	**T** 3	**P**	**EXT**

OBJETIVO

Compreender os desafios da governança pública em territórios fronteiriços, capacitando o estudante a analisar criticamente e propor arranjos institucionais cooperativos e mecanismos de governança multinível voltados à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no Cone Sul.

EMENTA

Articulação intergovernamental e cooperação institucional em zonas de fronteira. Governança multinível, paradiplomacia e mecanismos de coordenação. Instituições e marcos normativos da integração fronteiriça no Cone Sul. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em regiões transfronteiriças. Acesso a políticas públicas, serviços essenciais e garantia de direitos em zonas de fronteira. Políticas sociais comparadas no Cone Sul e seus impactos sobre as populações fronteiriças.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Cíntia Fiorotti; CARDIN, Eric Gustavo (org.). **Fronteiras e migrações:** políticas públicas e acesso à direitos em municípios fronteiriços. São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. 140 p. ISBN 978-85-7221-657-9. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/livro/fronteiras-migracoes/. Acesso em: 2 jul. 2026.

MENDES, Gilmar Ferreira; FILHO, João Trindade Cavalcante; SILVA, Raphael Carvalho da. **Políticas públicas no Brasil:** uma abordagem institucional. 1. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2017. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788547218515.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Avaliação de políticas públicas e garantia de direitos.** 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2020. 1 recurso online (169 p.). ISBN 9788524927621.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Luciane Pinho de (org.). **Saúde na fronteira Brasil-Paraguai:** territorialidades e intersetorialidades nas estratégias de cuidado e educação em saúde. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. 550p. ISBN 978-65-5939-969-7. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/livro/saude-brasil-paraguai/. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRUM, Camilla Japiassu Dores. **Direito à saúde:** questões teóricas e a prática dos tribunais. 1. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786555598278.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786555595758.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas:** princípios, propósitos e processos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 1 recurso online (253 p.). ISBN 9788522484478.

LEMÕES, Marcos Aurélio Matos. **Produção de regiões de saúde situadas na fronteira Brasil e Uruguai.** 2016. 109 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Faculdade de Enfermagem. Universidade Federal de Pelotas, 2016. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3827. Acesso em: 16 abr. 2018.

COMPONENTE CURRICULAR			**CÓDIGO**
Segurança em Zonas de Fronteira			NOVO
Departamento ou equivalente			
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais			
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos EaD**		
	T	**P**	**EXT**
Horas: 45			
Créditos: 3	3		

OBJETIVO

Analisar as fronteiras do Cone Sul como espaços estratégicos para a segurança e a defesa nacional, compreendendo os processos de securitização, as principais ameaças, os atores estatais e não estatais, as políticas de segurança e defesa e os mecanismos de cooperação voltados à governança e à proteção das áreas fronteiriças.

EMENTA

As fronteiras como espaços estratégicos para a segurança e a defesa nacional. Processos de securitização e transformação das agendas de segurança no Cone Sul. Atores estatais e não estatais e políticas de segurança e defesa em áreas fronteiriças. Criminalidade organizada transnacional, mercados ilícitos e ameaças híbridas. Inteligência, vigilância e tecnologias aplicadas ao monitoramento de fronteiras. Cooperação internacional em segurança e defesa no Cone Sul.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **Geopolítica em tempo de paz e guerra.** 1. ed. São Paulo: Almedina, 2019. 1 recurso online (6 p.). ISBN 9789724082288.

VAZ, Alcides Costa; JÚNIOR, Augusto Teixeira. **Segurança internacional.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2025. 1 recurso online (121 p.). ISBN 9786555416305.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na era da informação.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788552000440.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANNONI, Danielle; CARDOSO, Arisa Ribas; CANEPARO, Priscila. **Tráfico de pessoas:** uma análise a partir da convenção de palermo. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2022. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786556276748.

ATLAS do sistema de justiça criminal do Mercosul. 1. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. 1 recurso online (109 p.). ISBN 9786556274232.

LIMA, Murillo Ribeiro de. **Facções criminosas:** poder, território e governança criminal no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. 1 recurso online (223 p.). ISBN 9786528500086.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimento de resistência ao longo da história. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788572445849.

WOLOSZYN, André Luís. **Guerra nas sombras:** os bastidores dos serviços secretos internacionais. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788572448062.

MÓDULO III

COMPONENTE CURRICULAR			**CÓDIGO**
Comércio e Logística Transfronteiriça			NOVO
Departamento ou equivalente			
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais			
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos EaD**		
	T	**P**	**EXT**
Horas: 45			
Créditos: 3	3		

OBJETIVO

Compreender os fundamentos do comércio exterior e da logística internacional, analisando a gestão da cadeia de suprimentos, a infraestrutura logística, os modais

de transporte, as operações aduaneiras e as estratégias de otimização dos fluxos comerciais no contexto do Cone Sul.

EMENTA

Fundamentos do comércio exterior e da logística internacional. Planejamento e gestão da cadeia de suprimentos global e da logística integrada. Infraestrutura logística e modais de transporte no Cone Sul. Operações de comércio exterior e controle aduaneiro. Estratégias de otimização dos fluxos comerciais no contexto do Cone Sul.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional e legislação aduaneira.** 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (965 p.). ISBN 9788553624379.

LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais e comércio internacional.** 4. Rio de Janeiro: Método, 2015. 1 recurso online. (Provas & concursos). ISBN 978-85-309-6581-5.

SEGRE, German. **Manual prático de comércio exterior.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 1 recurso online (248 p.). ISBN 9788597017397.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRAPORTI, Simone; GIACOMELLI, Giancarlo; FONSECA, Joaquim J. R. **Logística internacional.** 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788595023598.

LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de comércio exterior e negócios internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2017. 1 recurso online. ISBN 9788547218485.

MINERVINI, Nicola. **O exportador.** 7. ed. São Paulo: Almedina, 2019. 1 recurso online (112 p.). ISBN 9788562937200.

NYEGRAY, João Alfredo. **Negócios Internacionais.** São Paulo: Contexto, 2022. 1 recurso online. ISBN 9786555411980.

SEHN, Solon. **Curso de direito aduaneiro.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. 1 recurso online (715 p.). ISBN 9788530999117.

COMPONENTE CURRICULAR	**CÓDIGO**
Sociedade, Identidade e Integração Fronteiriça	NOVO
Departamento ou equivalente	
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais	
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos EaD**

Horas: 45 **Créditos:** 3	**T** 3	**P**	**EXT**

OBJETIVO

Compreender as fronteiras como espaços de interação social, construção de identidades e integração regional, capacitando o estudante a analisar criticamente os processos de mobilidade humana, inclusão social, cidadania e desenvolvimento socioambiental no contexto do Cone Sul.

EMENTA

As fronteiras como espaços de interação social e construção política. Processos de formação de identidades, multiculturalismo e interculturalidade no Cone Sul. Dinâmicas migratórias e políticas de acolhimento. Inclusão social e cidadania em regiões de fronteira. A promoção do desenvolvimento socioambiental no Cone Sul.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTENSSORO, Fernando. **A geopolítica ambiental global do século 21:** os desafios para a américa latina. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2019. 1 recurso online (6 p.). ISBN 9788541902755.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e hospitalidade:** a proteção internacional para apátridas e refugiados. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 1 recurso online (216 p.). ISBN 9788522490738.

RAMOS, André de Carvalho. **Direito internacional dos refugiados.** 1. ed. São Paulo: Expressa, 2021. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786555597578.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Cíntia Fiorotti; CARDIN, Eric Gustavo (org.). **Fronteiras e migrações:** políticas públicas e acesso à direitos em municípios fronteiriços. São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. 140 p. ISBN 978-85-7221-657-9. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/livro/fronteiras-migracoes/. Acesso em: 2 jul. 2026.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788572444323.

MICHELON, Francisca Ferreira; BASTOS, Matheus Blaas (org.). **Fronteiras.** Pelotas: Ed. da UFPel, 2019. 87 p. ISBN 9788571929487. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/4457. Acesso em: 18 maio 2020.

PIMENTA, João Paulo. **Formação da nação brasileira.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2024. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786555414370.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Comunicação, cultura e fronteiras.** 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2015. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788541903080.

COMPONENTE CURRICULAR			CÓDIGO
Trabalho de Conclusão de Curso			NOVO
Departamento ou equivalente			
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais			
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos EaD**		
	T	**P**	**EXT**
Horas: 60			
Créditos: 4	4		

OBJETIVO

Orientar e supervisionar o discente na estruturação e na redação de uma pesquisa aplicada em formato de artigo científico, consolidando os conhecimentos adquiridos durante a especialização.

EMENTA

Planejamento, desenvolvimento e acompanhamento da pesquisa aplicada em formato de artigo científico. Delimitação do problema de pesquisa, definição dos objetivos, revisão da literatura, elaboração do referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos resultados. Normas de redação científica, ética em pesquisa, revisão e aprimoramento do manuscrito. Orientação para a apresentação final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), visando à integração e aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da especialização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, tcc, dissertação e tese.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2024. 1 recurso online (536 p.). ISBN 9786559776382.

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos:** na era da IA. 5. ed. Barueri: Manole, 2026. 1 recurso online (72 p.). ISBN 9788520470084.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9786559770670.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 8. ed. Barueri: Atlas, 2026. 1 recurso online (239 p.). ISBN 9786559778577.

HÜBNER, Maria Martha. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado.** 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. 1 recurso online (33 p.). ISBN 9786555581980.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1 recurso online (264 p.). ISBN 9788597009088.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa.** 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. 1 recurso online (70 p.). ISBN 9786555582307.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2016. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788584290833.

4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS

Nos termos do Decreto n. 12.456/2025, a Educação a Distância (EaD) é definida como um processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa encontram-se em locais ou tempos distintos (art. 3º, inciso I). Considera-se atividade síncrona aquela realizada com recursos de áudio e vídeo, em que estudante e docente ou responsável pela atividade formativa estão em lugares distintos, porém com tempo coincidente (art. 3º, inciso II). Já a atividade síncrona mediada refere-se àquela realizada com grupos de até setenta estudantes por docente ou mediador pedagógico, com controle de frequência dos participantes (art. 3º, inciso IV). Por sua vez, a atividade assíncrona é caracterizada pelo desenvolvimento do ensino a distância em que estudante e docente ou responsável pela atividade formativa estão em locais e tempos distintos (art. 3º, inciso V).

A partir desta concepção, na UFPel, nos termos da Resolução COCEPE n. 62/2023, a EaD caracteriza-se por ser uma modalidade de educação configurada pela distância física e temporal entre os sujeitos envolvidos, cujos processos de ensino, de aprendizagem e de interação são mediados pelo uso de tecnologias educacionais digitais, o que requer planejamento prévio e detalhado das atividades e dos materiais e conteúdos disponibilizados (art. 1º, parágrafo único).

A metodologia pensada para os componentes curriculares está fundamentada nos princípios da UFPel que regem o uso das tecnologias digitais, conforme a seguir (art. 6º da Resolução COCEPE n. 62/2023):

- visão de conhecimento que está em permanente construção;
- entendimento de que os conteúdos de ensino têm origem em ações de curadoria, criação, cocriação e reuso, devendo ser armazenados em repositórios abertos para uso público;

- entendimento de que as atividades de ensino incluem preocupação com acolhimento e cuidado dos aprendentes, bem como com a disposição permanente para escutas sensíveis, possibilitando, assim, estratégias de aprendizagem que coloquem o estudante como protagonista;
- compreensão de que a aprendizagem ocorre em processos de construção, a partir da ação do sujeito e de interações que lhe sejam significativas (associados à bagagem cognitiva);
- compreensão de que atividades que favorecem a criatividade e de interatividade podem potencializar aprendizagens cooperativas e colaborativas que sejam significativas;
- entendimento de que o desenvolvimento da autonomia e das relações de cooperação e colaboração influencia positivamente na ampliação do processo cognitivo;
- visão de avaliação como parte permanente da formação que objetiva contribuir para que docentes e discentes avaliem os processos e as atividades de ensino e de aprendizagem.

A implementação de disciplinas integralmente a distância exige metodologias pedagógicas que promovam engajamento, autonomia e aprendizagem significativa, garantindo que os estudantes desenvolvam competências teóricas, práticas e socioemocionais. A aprendizagem baseada em problemas (*Problem-Based Learning* – PBL) se configura como uma estratégia central, pois desafia os estudantes a resolver situações-problema complexas, utilizando recursos digitais para pesquisa, análise e tomada de decisão colaborativa. Estudos indicam que o PBL em ambientes virtuais fortalece habilidades de pensamento crítico, capacidade de síntese e autonomia do discente, promovendo a construção ativa do conhecimento (Hmelo-Silver, 2004; Barrows & Tamblyn, 1980). No contexto do curso, essa metodologia pode ser aplicada na análise de casos reais de conflitos e cooperação em regiões de fronteira, simulação de negociações diplomáticas ou elaboração de estratégias de governança transfronteiriça, desenvolvidas de forma colaborativa em fóruns de discussão, salas de videoconferência e plataformas de coautoria do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da UFPel, respeitando o marco regulatório do EaD.

A aprendizagem colaborativa mediada por tecnologias complementa o PBL ao enfatizar a interação entre pares como mecanismo de construção coletiva do conhecimento. Ferramentas digitais como wikis, blogs acadêmicos, fóruns de debate e videoconferências permitem a realização de projetos integrados, coautoria de relatórios e discussões temáticas, desenvolvendo habilidades cognitivas e socioemocionais simultaneamente. Johnson, Johnson e Smith (2014) destacam que a aprendizagem colaborativa promove não apenas compreensão conceitual, mas também competências metacognitivas e de resolução de problemas em grupos heterogêneos. Em disciplinas integralmente a distância, essa metodologia pode ser empregada na elaboração conjunta de análises de políticas públicas transfronteiriças, simulações de arranjos de cooperação regional e estudos de impacto socioeconômico em territórios de fronteira, integrando teoria e prática de maneira contextualizada.

A aprendizagem baseada em projetos (*Project-Based Learning* – PjBL) constitui uma metodologia altamente eficaz, na qual os estudantes desenvolvem produtos ou soluções concretas a partir de desafios reais, ao longo de ciclos estruturados de investigação, implementação e reflexão (Thomas, 2000). Em contextos de EaD, o PjBL pode ser operacionalizado por meio de cronogramas digitais, podcasts, reuniões síncronas em plataformas de videoconferência e entregas colaborativas em ambientes virtuais, possibilitando acompanhamento contínuo do desempenho e fornecimento de feedback formativo. No Curso de Especialização, apenas a título de exemplificação, essa metodologia pode ser aplicada na elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento regional para territórios simulados, na realização de análises de risco em dinâmicas de segurança fronteiriça ou no desenvolvimento de propostas de políticas públicas para a integração regional, assegurando a integração entre conhecimento teórico, prática profissional e competências digitais, e promovendo autonomia e engajamento dos estudantes.

A gamificação e o uso de ambientes simulativos configuram-se como estratégias que potencializam a motivação e a experimentação em cenários complexos, respeitando os princípios do *learning by doing*. Simuladores de cenários de riscos, jogos de tomada de decisão e plataformas de *role-playing* online permitem a vivência de situações reais de forma segura, favorecendo a avaliação de riscos, a análise de custos e impactos e a tomada de decisões estratégicas. Conforme Deterding *et al.* (2011) e Gee (2007), a gamificação

favorece a motivação intrínseca, a retenção de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades práticas, elementos essenciais para a formação em política, desenvolvimento e relações internacionais nas fronteiras. A integração dessas atividades ao AVA da UFPel, aliada ao acompanhamento docente, garante feedback contínuo e consolidação do aprendizado.

A utilização de avaliação formativa e portfólios digitais complementa o conjunto de metodologias adotadas em disciplinas EaD, permitindo ao docente acompanhar o progresso individual e coletivo, identificar lacunas de aprendizagem e propor intervenções pedagógicas específicas. Portfólios digitais possibilitam que os estudantes documentem atividades práticas, projetos e reflexões, tornando visíveis competências desenvolvidas em diferentes dimensões, conforme preconiza o Decreto n. 12.456/2025 e a Portaria MEC n. 378/2025. Essa abordagem promove não apenas a consolidação do conhecimento teórico e prático, mas também o desenvolvimento de habilidades de autogestão, organização e avaliação crítica, elementos indispensáveis à formação integral de profissionais habilitados a atuar na gestão de políticas, no desenvolvimento regional e nas relações internacionais em contextos de fronteira dinâmicos e complexos.

Cumpre salientar que os componentes curriculares ofertados integralmente na modalidade a distância devem contemplar, em seus respectivos planos de ensino, a realização de ao menos um encontro presencial ou síncrono no início do semestre letivo, com vistas à introdução dos conteúdos, à ambientação tecnológica e ao fortalecimento do vínculo pedagógico entre docentes e discentes. Encontros adicionais, presenciais ou síncronos, poderão ser agendados de acordo com as necessidades didático-pedagógicas do componente, em consonância com o disposto no art. 5º, incisos I e II, da Resolução n. 62/2023 do COCEPE. Do mesmo modo, os planos de ensino das disciplinas ofertadas integralmente em EaD deverão explicitar, de forma pormenorizada, o cronograma e a natureza dos encontros síncronos previstos ao longo do semestre, assegurando coerência entre as atividades propostas e os objetivos de aprendizagem.

Um aspecto necessário a ser levantado diz respeito ao acompanhamento de alunos com deficiências e necessidades educativas especiais (PCDs), de forma a garantir um processo de ensino inclusivo visando a proporcionar autonomia a esses discentes. Este acompanhamento ocorre inicialmente com a emissão de um laudo através da Coordenação de Acessibilidade (COACE), que indica potenciais estratégias pedagógicas,

além de preferências desses alunos com relação a conteúdos e atividades. Em um segundo momento, em reunião de colegiado, é proposto aos professores a adaptação de tarefas e de materiais didáticos de modo a proporcionar um processo de ensino inclusivo, também sob um suporte extraclasse de monitores ligados à COACE. Deste modo, é possível gerar um processo de aprendizado significativo a esses alunos, além de proporcionar a promoção da inclusão deles junto às atividades realizadas em grupo com seus colegas de curso. Além disso, existe um compartilhamento de informações entre os docentes de modo a proporcionar uma melhor compreensão sobre o comportamento e as necessidades destes alunos com deficiência ou necessidades especiais, no intuito de identificar estratégias que tenham melhor receptividade ou assertividade junto ao discente.

Em linhas gerais, estes são os procedimentos metodológicos, os recursos e os materiais didáticos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras. Como pode ser observado, tanto o aprendizado presencial quanto o aprendizado em EaD dos componentes curriculares buscarão metodologias ativas e inovadoras, de modo a colocar o aluno como protagonista, participando ativamente de sua jornada educativa. Propõe-se que todos os componentes curriculares possuam em seus planos de ensino um item dispondo expressamente sobre qual metodologia ativa será utilizada e a respectiva justificativa para o seu uso, explicando de que maneira essa metodologia se articula aos objetivos a serem alcançados. O Colegiado realizará reuniões periódicas com o objetivo de oportunizar aos professores o compartilhamento de suas experiências na implementação de metodologias ativas e inovadoras em seus respectivos componentes curriculares.

4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras é entendida como atividade contínua, processual e sistêmica, cuja finalidade é subsidiar a tomada de decisões pedagógicas e acompanhar o desenvolvimento do aluno ao longo de sua trajetória no curso. Prevalecem os aspectos qualitativos, de modo que o desempenho

do aluno seja compreendido como processo de construção de conhecimento e não como mera verificação de conteúdos memorizados.

Os dispositivos formais de avaliação dos estudantes devem ser considerados a partir das diferentes especificidades dos componentes curriculares. Apesar de a aplicação de trabalho escrito ser o método tradicionalmente mais utilizado no ensino a distância, dependendo da característica do componente, os professores poderão adotar outras estratégias que considerem mais adequadas para a avaliação do aluno. Todas as regras envolvendo os tipos de avaliação adotados, datas, pesos e valores deverão ser comunicados ao estudante no início de cada semestre, a partir do plano do componente, publicado no Cobalto e disponibilizado também no e-AULA. Eventuais modificações dos critérios durante o semestre igualmente deverão ser comunicadas aos alunos dentro de um prazo razoável.

A liberdade de cátedra é um dos princípios da educação brasileira, estando expresso no art. 206, inciso III, da Constituição Federal, que diz que o ensino será ministrado com base na "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" – dispositivo repetido também no art. 3º, inciso III, da Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). O artigo 13º, inciso III da LDB é bastante assertivo quando afirma que os docentes incumbir-se-ão de **"zelar pela aprendizagem dos alunos"** (grifo nosso).

Não cabe ao Colegiado do Curso imiscuir-se na atividade docente para determinar quais formas ou critérios de avaliação deverão ser aplicados. Estes cabem única ou exclusivamente ao professor responsável pelo componente. Segue, em caráter meramente exemplificativo, alguns dos instrumentos de avaliação correntemente aplicados no Curso: organização de seminário apresentado pelos estudantes, trabalhos coletivos ou individuais realizados de forma síncrona ou assíncrona, gravação de vídeos, resenha de textos, relatos críticos, artigos e monografias, dentre outros.

Deverão ser realizadas, no mínimo, duas avaliações por semestre em cada componente curricular, de modo a permitir o acompanhamento real do desempenho do aluno. O acompanhamento do aluno não se limita à coleta de resultados. Cabe ao professor regente conduzir o processo avaliativo de cada componente curricular e, com o apoio do tutor a distância, manter contato constante com os alunos para o saneamento de dúvidas e a verificação dos conhecimentos que se desenvolvem ao longo do curso,

cabendo ao tutor ainda colaborar com a avaliação dos estudantes e elaborar relatórios periódicos de acompanhamento, encaminhados à coordenação de tutoria. O mediador pedagógico, por sua vez, atua sob supervisão do professor regente no esclarecimento de dúvidas relativas ao Projeto Pedagógico, à ementa e aos conteúdos das componentes curriculares, contribuindo com as ações de planejamento e avaliação de aprendizagem e reforçando a interação entre o corpo docente e o corpo discente. É recomendável que os resultados das avaliações sejam acompanhados de parecer ao aluno, preferencialmente escrito, de modo que a avaliação se torne motivadora de um contínuo crescimento acadêmico.

O aproveitamento do aluno em cada componente curricular será expresso pelos conceitos previstos no Regimento do Curso, a saber, A para os alunos que obtiverem de nove a dez, B para os que obtiverem de sete inteiros e cinco décimos a oito inteiros e nove décimos, C para os que obtiverem de seis a sete inteiros e quatro décimos, e D para os que obtiverem nota abaixo de cinco inteiros e nove décimos. Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver conceito A, B ou C e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades síncronas e assíncronas programadas. Os conceitos especiais de Incompleto, Trancamento e Aproveitamento de estudos serão atribuídos nas hipóteses e condições já previstas no Regimento do Curso.

Ao aluno que faltar à avaliação de aprendizagem síncrona será facultado o direito a nova oportunidade, mediante requerimento de avaliação substitutiva à Coordenação, no prazo máximo de três dias úteis após a data da falta, acompanhado de comprovante de impedimento legal, atestado médico ou motivo de força maior devidamente documentado.

É importante ressaltar, no entanto, que, em caso de trancamento e/ou reprovação, uma vez que o curso é ofertado em módulos, o aluno que trancar um semestre ou reprovar em alguma disciplina somente poderá retomar ou repetir a disciplina em novo ciclo do curso, mediante nova inscrição e processo seletivo. Quando da nova entrada, o aluno poderá solicitar aproveitamento das disciplinas já cursadas na edição anterior para concluir o curso. O aluno também pode solicitar o aproveitamento de estudos de disciplinas cursadas em outras instituições ou na própria UFPel, observadas as condições previstas no artigo 11 do Regimento do Curso.

O acompanhamento e a avaliação do aluno consideram ainda sua capacidade de reflexão crítica frente às próprias experiências profissionais, buscando identificar em que medida o aluno relaciona os referenciais teóricos trabalhados no curso às dinâmicas políticas, econômicas e sociais dos territórios de fronteira em que atua ou pretende atuar, e de que modo essa relação se traduz em capacidade de diagnóstico e de proposição no campo da política, do desenvolvimento e das relações internacionais.

A avaliação da aprendizagem no ambiente virtual considera o desempenho em atividades realizadas, a participação em fóruns de discussão e em aulas síncronas por videoconferência, e a realização de avaliações on-line na plataforma de apoio ao ensino a distância da UFPel. Essas modalidades levam em conta a natureza da Educação a Distância, que, embora prescinda da presença física constante do professor, exige relação dialógica efetiva entre aluno, professor regente, tutor e mediador pedagógico, de modo a assegurar que a maior autonomia exigida do aluno na construção do próprio conhecimento não comprometa a qualidade do processo avaliativo.

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso segue procedimento próprio, tratado em seção específica deste Projeto Pedagógico, e constitui pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

O acompanhamento pedagógico descrito ao longo desta seção não se sustenta isoladamente no esforço individual do professor regente, do tutor a distância e do mediador pedagógico, contando também com o suporte de instâncias institucionais mais amplas da UFPel. A Universidade mantém o Grupo de Interlocução Pedagógica (GIP), que promove reuniões regulares voltadas à avaliação dos processos de ensino e aprendizagem no âmbito da instituição como um todo. O Curso conta atualmente com a professora Isabel Teresinha Dutra Soares como representante do CCSO no GIP, cuja atuação colabora diretamente com a orientação docente, favorecendo o aprimoramento das práticas pedagógicas adotadas nos componentes curriculares e contribuindo para a superação de dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos alunos ao longo de sua formação.

Esse diálogo institucional se soma ao compromisso do próprio Curso com a adoção de metodologias ativas e inovadoras de ensino, compromisso que encontra no Colegiado do Curso sua instância de sustentação. Ao Colegiado cabe papel central na avaliação do processo de ensino e aprendizagem, exercido de forma concreta por meio de

reunião promovida ao final de cada ciclo letivo, na qual os docentes apresentam as metodologias efetivamente aplicadas em seus respectivos componentes curriculares. Essa reunião cumpre função dupla, permitindo tanto a troca de experiências entre os professores quanto a identificação de práticas pedagógicas bem-sucedidas, cujos resultados subsidiam o planejamento das metodologias a serem adotadas no ciclo letivo seguinte. Fecha-se, assim, um ciclo contínuo de acompanhamento, avaliação e aprimoramento pedagógico, que articula a atuação cotidiana dos docentes e da equipe multidisciplinar do curso ao apoio institucional da UFPel, garantindo que o processo avaliativo descrito nesta seção permaneça em constante revisão e aperfeiçoamento.

4.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO

A avaliação continuada do curso, do currículo e do corpo docente é realizada ao final de cada semestre pelos alunos, por meio de um instrumento único utilizado por toda a Universidade. Esse instrumento é desenvolvido e gerido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA-UFPel), que se constitui, nos termos da Lei nº 10.861/2004, em órgão autônomo responsável pelo processo de autoavaliação institucional, tendo sido instituída na UFPel pela Portaria nº 388, de 9 de maio de 2008. O instrumento de avaliação da CPA é disponibilizado de forma anônima aos estudantes através do sistema Cobalto. Além de promover a transparência, a avaliação anônima incentiva uma participação mais honesta e crítica dos estudantes.

Os docentes têm acesso ao *feedback* sobre seu desempenho em cada componente curricular ministrado, semestralmente. Essa avaliação é diretamente ligada à pontuação no Relatório Anual de Atividades Docentes, que influencia na progressão funcional dos professores, gerando uma conexão clara entre o desempenho em sala de aula e o avanço na carreira. Isso estimula os docentes a buscarem um contínuo aprimoramento pedagógico, especialmente ao identificarem áreas de desenvolvimento por meio do feedback recebido.

A avaliação não apenas mede o desempenho passado, mas também integra o processo de implementação e aferição dos resultados obtidos, comparando-os com os resultados esperados. Dessa forma, oferece uma visão abrangente sobre a eficácia do

Projeto Pedagógico do Curso (PPC), permitindo identificar se os objetivos estão sendo alcançados ou se há necessidade de intervenções, tais como:

- Qualificação ou capacitação docente continuada;
- Reestruturação dos componentes curriculares para melhor adequação às demandas atuais do mundo do trabalho;
- Revisão e ampliação da bibliografia utilizada;
- Adoção de novas tecnologias e metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem;
- Desenvolvimento de espaços de diálogo e workshops entre docentes e discentes para discutir as melhorias sugeridas.

Essas informações são cruciais para o planejamento e a análise contínua em reuniões pedagógicas do Colegiado do Curso. A partir desses encontros, decisões estratégicas podem ser tomadas para a evolução do curso, garantindo sua relevância no contexto acadêmico e profissional.

Especificamente quanto aos aspectos de Educação a Distância, o curso conta com o suporte da Coordenação de Políticas e Tecnologias para EaD (CPTED), responsável pela proposição de políticas institucionais e pelo suporte tecnológico e pedagógico à EaD na UFPel, bem como por sua avaliação. A CPTED mantém uma seção de apoio a tecnologias educacionais, responsável pela preparação de materiais didáticos, pela produção de Recursos Educacionais Abertos e pela formação de docentes nessas tecnologias, em uma seção de políticas institucionais para EaD, responsável pela proposição e implantação de políticas institucionais relativas à modalidade, e na Unidade Universidade Aberta do Brasil, responsável pelo atendimento administrativo e pedagógico aos cursos e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil.

Além da avaliação realizada pelos estudantes a cada semestre, o curso e seu currículo passam, periodicamente, por uma revisão conduzida a partir de um instrumento específico, elaborado e aplicado pelo Colegiado do Curso. Esse instrumento é destinado a todos os alunos do curso e conta com ampla divulgação, de modo a incentivar a participação discente. A avaliação contempla múltiplas dimensões, como a organização

curricular, a qualidade das disciplinas, o desempenho docente, a infraestrutura disponível, os recursos pedagógicos utilizados e a adequação entre os conteúdos ofertados e as demandas do campo profissional das relações internacionais e da gestão do desenvolvimento em regiões de fronteira.

A participação estudantil é essencial para que o Colegiado identifique conquistas já consolidadas e pontos que exigem aprimoramento, fortalecendo, de forma contínua, o Projeto Pedagógico do Curso. Além de subsidiar o planejamento de melhorias, os resultados obtidos qualificam o diálogo entre a comunidade acadêmica e a gestão, promovendo uma cultura de escuta, corresponsabilidade e engajamento coletivo. Os resultados são sistematicamente apresentados e debatidos em reuniões do Colegiado, assegurando que as mudanças necessárias sejam implementadas de maneira ágil, eficaz e alinhada às necessidades do curso e de seus estudantes.

Além dos instrumentos acima descritos, o Curso conta com mecanismos específicos de acompanhamento de egressos. O acompanhamento dos egressos deve permitir ao Curso conhecer os resultados de sua formação, seja na área acadêmica, na inserção no campo de trabalho ou até na descontinuidade da atuação na área. Uma pesquisa eficiente de acompanhamento fornece informações importantes para direcionar mudanças e ajustes na estrutura curricular, além da análise em relação ao perfil profissional pretendido e atingido pelos egressos, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026 da UFPel quanto ao acompanhamento de egressos.

No Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras, a interlocução com os egressos ocorre de forma permanente, para que eles possam ser chamados para continuar colaborando com o aperfeiçoamento do curso. Suas trajetórias de sucesso também podem servir de inspiração aos alunos que estão concluindo o curso e se preparando para o mundo do trabalho. Periodicamente, serão promovidas palestras e rodas de conversa com a participação dos egressos, com o objetivo de apresentar as perspectivas atuais de inserção profissional e empregabilidade na área.

A UFPel estabeleceu o Portal do Egresso (http://wp.ufpel.edu.br/egresso/) e o Portal para Acompanhamento de Egresso (http://wp.ufpel.edu.br/ifcc/), suporte comum para o trato com egressos dos cursos da Universidade. O Portal do Egresso é uma ação da

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD). Tem como propósito acompanhar os profissionais formados pela instituição e, através das informações registradas pelos ex-alunos, identificar o índice de sucesso da instituição com base na inserção de seus egressos no mundo do trabalho. A Pesquisa do Egresso proporciona um diagnóstico que auxilia na identificação de potenciais melhorias no Curso.

Ao final de cada semestre, os formandos são cadastrados no Portal e estimulados a fazer depoimentos sobre o Curso e sua contribuição para a trajetória profissional. Cabe também ao Colegiado do Curso atualizar e registrar essas informações a cada semestre, assim como acompanhar as considerações feitas no Portal para fins de avaliação e revisão do PPC.

Prevê-se, ainda, que a Coordenação do Curso realize, de forma periódica, a mensuração do grau de satisfação dos egressos em relação à formação recebida. Esse processo será conduzido por meio de questionário on-line, estruturado com escalas reconhecidas e validadas internacionalmente, além de questões subjetivas, de modo a garantir confiabilidade e comparabilidade dos resultados. Os dados coletados serão transformados em indicadores estratégicos que permitirão acompanhar, ao longo do tempo, a performance do Curso e sua aderência às demandas sociais e do mercado de trabalho.

A proposta é constituir um banco de dados sólido e sistemático que viabilize análises quantitativas e qualitativas sobre diferentes aspectos da trajetória acadêmica e profissional dos egressos. Esse repositório permitirá identificar os pontos fortes do Curso, bem como fragilidades e oportunidades de melhoria, além de reunir críticas e sugestões que subsidiem a tomada de decisão da Coordenação e do Colegiado do Curso no processo de revisão e atualização do Projeto Pedagógico.

Entre os aspectos a serem avaliados, incluem-se o impacto da Especialização na formação do egresso, se ela auxiliou em sua atuação profissional, se houve aumento salarial, se houve melhora em suas perspectivas de carreira, e se houve progressão para cursos de mestrado ou doutorado após a conclusão da Especialização, além dos setores de atuação profissional dos egressos, do perfil das organizações empregadoras, da remuneração média, do tipo de cargo ocupado e do nível de responsabilidade assumido. Além disso, busca-se compreender em que medida os egressos se sentiram acolhidos, orientados, bem recebidos e seguros durante sua permanência na Especialização, de modo

a avaliar a dimensão formativa também sob a perspectiva do ambiente institucional e do apoio pedagógico.

A aplicação do instrumento de pesquisa será realizada com o apoio do Colegiado do Curso, garantindo que os indicadores estejam alinhados às diretrizes institucionais e às políticas de avaliação da Universidade. Os resultados obtidos serão sistematicamente socializados com a comunidade acadêmica, assegurando transparência e promovendo a cultura de autoavaliação e melhoria contínua.

A pesquisa com egressos terá início um ano após a conclusão da primeira turma do Curso, de modo a permitir que os dados coletados abranjam profissionais já inseridos no mundo do trabalho, ampliando a relevância e a aplicabilidade das informações geradas para o aprimoramento do Curso.

5. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

A UFPel pauta-se por uma política institucional que integra as ações para a formação acadêmica dos estudantes no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, resguardadas as características e a autonomia de cada um de seus Centros, Faculdades e Institutos. No CCSO, essa integração é operacionalizada, entre outros instrumentos, pela Resolução COCEPE nº 94/2025, que regulamenta os Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade. O art. 1º dessa Resolução define as diretrizes e os procedimentos administrativos para a submissão, execução e avaliação de projetos nessas dimensões, e o art. 2º determina que tais projetos devem articular-se com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os cursos de graduação e/ou pós-graduação, promovendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Resolução COCEPE nº 94/2025 introduziu, ainda, a figura do Projeto Unificado, com cadastro único para ações que podem contemplar, simultaneamente, Ensino, Pesquisa e/ou Extensão, ainda que um projeto enfatize predominantemente uma dessas dimensões, o que reforça, na prática institucional da UFPel, o princípio constitucional da indissociabilidade.

A Pós-Graduação em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras atende ao objetivo estratégico do PDI/UFPel (2022-2026) voltado ao

fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa universitárias, articulando os três pilares, entendidos como atividades-fim da Universidade, conforme dispõem a Constituição Federal de 1988 (art. 207) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96 (art. 43, incisos III e VII), em diferentes etapas de sua organização didático-pedagógica.

No **âmbito do Ensino**, as sete disciplinas de conteúdo temático do curso, distribuídas ao longo dos três semestres (à exceção do componente introdutório "Introdução à EaD", de natureza propedêutica e não temática) foram concebidas a partir de três eixos (Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais) que dialogam diretamente com problemas concretos das zonas de fronteira do Cone Sul, superando uma abordagem estritamente teórica e aproximando o processo formativo das demandas regionais que motivaram a criação do curso.

No **âmbito da Pesquisa**, o Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido sob a forma de artigo científico nos termos do Regimento do curso, constitui o principal instrumento de iniciação e consolidação da prática investigativa dos discentes. Os estudantes serão estimulados a submeter os resultados de suas pesquisas a eventos acadêmicos, com destaque para o Simpósio de Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIEPE) da UFPel, bem como a buscar a publicação de seus artigos em periódicos especializados na área. Adicionalmente, o Curso buscará organizar coletâneas reunindo os melhores artigos produzidos pelos discentes, publicadas na forma de capítulos de livro, como estratégia de valorização e disseminação da produção científica gerada ao longo de suas edições.

No **âmbito da Extensão**, eixo de particular relevância para a formação proposta pela Especialização, os discentes serão estimulados a participar dos Projetos Unificados vinculados ao *COMEXLab - Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior*, programa do Curso de Comércio Exterior que reúne, sob a coordenação de parte do corpo docente também vinculado à Especialização, ações de extensão em funcionamento, com histórico de apoio financeiro de editais próprios da UFPel. A convergência entre o quadro docente da Especialização e o do Curso de Comércio Exterior (COMEX) permite que essas ações sejam gradualmente ampliadas para incorporar as temáticas de política, desenvolvimento e integração regional fronteiriça, oferecendo aos discentes um espaço institucional já consolidado para a vivência extensionista prevista no curso.

A seguir, apresenta-se a lista preliminar de projetos no âmbito da Especialização, vinculados ao COMEXLab:

QUADRO 5: PROJETOS UNIFICADOS ATIVOS DO COMEXLab EM 2026

Título	Ênfase	Coordenador
Ensinando Direito para não juristas	ENSINO	Daniel Lena Marchiori Neto
COMEX TALK	ENSINO	Daniel Lena Marchiori Neto
Projeto de Permanência e Qualidade Acadêmica do Curso de Comércio Exterior	ENSINO	Daniel Lena Marchiori Neto
Contabilidade, Finanças e Cenários Macroeconômicos em Debate	ENSINO	Patrícia Schneider Severo
Grupo de Estudos sobre Gestão de Crises (GECRIS)	ENSINO	Luciano Vaz Ferreira
Economia Brasileira e Comércio Exterior	ENSINO	Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino
Constituição nas Escolas	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
Comunicação organizacional e pública para o Curso de Comércio Exterior	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
Conectando Fronteiras: popularizando o comércio exterior no Instagram	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
RESPONET - Responsabilidade na Internet	EXTENSÃO	Luciano Vaz Ferreira
Sintonia Global: Podcast do Curso de Comércio Exterior da UFPel	EXTENSÃO	Luciano Vaz Ferreira
Conjuntura de Comércio Exterior	EXTENSÃO	Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino
Direitos Humanos e Democracia: uma difícil relação	PESQUISA	Daniel Lena Marchiori Neto
NOVASTRA – Novos Atores Internacionais da Indústria Espacial	PESQUISA	Luciano Vaz Ferreira
INFRACIBER – Políticas de Cibersegurança para Infraestruturas Críticas no Brasil	PESQUISA	Luciano Vaz Ferreira
INFRACIBER – Políticas de Cibersegurança para infraestruturas críticas no Brasil	PESQUISA	Luciano Vaz Ferreira
Defesa Civil: ampliando as capacidades estatais	PESQUISA	Luciano Vaz Ferreira
Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior	PESQUISA	Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino

Trata-se de uma lista preliminar, uma vez que novos projetos deverão ser incorporados à medida que outros docentes venham a integrar o corpo docente da Especialização e submetam seus próprios Projetos Unificados de Extensão, nos termos da Resolução COCEPE nº 94/2025.

6. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO

A UFPel incentiva a promoção de uma política de formação acadêmica que integre ações, de modo a promover a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular e a mobilidade acadêmica, resguardadas as características e a autonomia de cada unidade acadêmica e de cada curso de especialização. Nesse sentido, a integração entre a pós-graduação e a graduação é tomada como mais um princípio pedagógico necessário ao exercício e ao aprimoramento do profissional, sendo esse mesmo princípio estendido à articulação entre cursos de pós-graduação de uma mesma unidade acadêmica.

A Pós-Graduação em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras está lotada no Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), unidade que reúne também o Bacharelado em Administração (vespertino e noturno), o Bacharelado em Turismo, o Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, o Superior de Tecnologia em Gestão Pública e o Superior de Tecnologia em Comércio Exterior (COMEX). Por integrar essa estrutura, a Especialização beneficia-se diretamente da política de formação interdisciplinar do Centro, participando, junto aos demais cursos, de palestras e eventos conjuntos. A Especialização conta, ainda, com a Revista Eletrônica de Administração e Turismo - ReAT (ISSN 2316-5812), periódico do CCSO que se soma às demais estratégias de publicação já previstas para os artigos produzidos como TCC por seus discentes, conforme detalhado na Seção 5.

A estrutura de Centro adotada pelo CCSO, sem segmentação departamental dos docentes, é o que viabiliza, na prática, a principal forma de integração da Especialização com a graduação: o compartilhamento de parte de seu corpo docente com o COMEX. É dessa mesma estrutura que a Especialização herda sua origem e sua lógica formativa, conforme já apresentado na Seção 1 (Histórico e Contexto do Curso).

A Especialização nasce como desdobramento direto da experiência acumulada no COMEX, do qual herda parte do corpo docente e a lógica interdisciplinar de formação. A Especialização se apresenta como continuidade formativa natural para os egressos do COMEX, oferecendo-lhes aprofundamento interdisciplinar para além do domínio técnico-operacional do comércio exterior. Cumpre destacar que, dada a temática

abrangente da Especialização, os demais egressos do CCSO igualmente encontrarão espaço para o desenvolvimento de suas pesquisas.

No âmbito da pós-graduação, a Especialização integra-se ao conjunto formado pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública EaD (via UAB), pelo MBA Inovação, Tecnologia e Gestão de Novos Negócios e pelo Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), todos ofertados pelo CCSO. A Especialização estimulará seus discentes a participar de eventos acadêmicos promovidos por esses cursos, ampliando seu repertório formativo e sua rede de interlocução acadêmica, e se posiciona como etapa inicial de uma trajetória de verticalização da pós-graduação na unidade acadêmica, na medida em que seus egressos poderão buscar, na sequência de sua formação, a continuidade dos estudos em nível de mestrado profissional no âmbito do próprio CCSO.

Por fim, é importante destacar que o corpo docente da Especialização, em grande parte compartilhado com o COMEX, possui expressiva experiência com a pós-graduação: parte significativa dos professores atua em cursos de mestrado oferecidos pelo CCSO, por outras unidades acadêmicas da UFPel e por outras instituições públicas de ensino superior, o que qualifica diretamente a orientação dos TCCs e a condução dos componentes curriculares da Especialização.

7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A tecnologia como suporte ao processo de ensino-aprendizagem é bastante relevante no contexto do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras. Informações relacionadas à estrutura do Curso, docentes, avisos, documentos, além de informações pertinentes à comunidade em geral, poderão ser acessados através do Portal Institucional da UFPel. O Curso também oferece acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado institucionalmente pela UFPel, que envolve uma plataforma para componentes (https://e-aula.ufpel.edu.br/), uma para projetos (https://e-projeto.ufpel.edu.br) e uma ferramenta de videoconferência (http://webconf.ufpel.edu.br/).

No Curso de Especialização, o uso de tecnologias de informação e comunicação é previsto nas unidades curriculares. Em relação à infraestrutura em tecnologias de informação e comunicação, os alunos, técnicos professores têm à disposição computadores, redes de internet sem fio nas salas de aula e espaços comuns do CCSO; salas de estudo com computadores na biblioteca e em laboratórios de informática. Destaca-se, ainda, o acesso facilitado à biblioteca digital da UFPel por meio do sistema *Pergamum* (https://pergamum.ufpel.edu.br/), que permite aos estudantes consultar o acervo físico e digital, realizar empréstimos e renovações de livros, bem como acessar os periódicos da CAPES (também disponíveis no *website* da UFPel).

Pelo *Pergamum*, os alunos também têm acesso à plataforma digital *Minha Biblioteca*, que disponibiliza quase sete mil títulos técnicos, científicos e profissionais, abrangendo todas as áreas do conhecimento. O acervo reúne obras das principais editoras acadêmicas do país, como Grupo A, Grupo Editorial Nacional, Atlas, Manole e Saraiva, além de 21 selos editoriais associados. A plataforma oferece funcionalidades que enriquecem a experiência do usuário, como a possibilidade de acesso simultâneo aos conteúdos, realização de realces e anotações, organização personalizada de obras favoritas e consulta a partir de qualquer dispositivo conectado à internet. Um diferencial relevante é a constante atualização do catálogo, com a incorporação automática de novos títulos e edições revisadas, assegurando acesso a informações atuais e pertinentes para o processo de aprendizagem.

Além disso, o *Pergamum* possibilita o acesso ao repositório institucional *Guaiaca*, espaço digital destinado a reunir, preservar, organizar e dar visibilidade à produção acadêmica, científica, técnica, artística e cultural da UFPel. Funcionando como uma verdadeira biblioteca virtual, o Guaiaca disponibiliza, em acesso aberto, diferentes tipos de materiais produzidos pela comunidade acadêmica, como livros, artigos, trabalhos de extensão e outras produções, garantindo consulta integral e gratuita, 24 horas por dia, sete dias por semana.

O relacionamento com os discentes do Curso (componentes, notas, mensagens, presença, entre outros atributos) é mediado através da plataforma institucional Cobalto (https://cobalto.ufpel.edu.br/). Deste modo, os discentes podem ter acesso às informações relacionadas ao seu dia a dia na instituição, permitindo também a comunicação e documentação de mensagens com os professores e entre os próprios discentes. Essa

plataforma permite a gestão educacional, além de possibilitar o gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Outra tecnologia institucional a ser destacada é o Sistema Eletrônico de Informação (SEI – https://sei.ufpel.edu.br/), permitindo que os processos relacionados a discentes, docentes e técnicos administrativos possam ser tramitados digitalmente de maneira ágil e transparente, além de estarem vinculados a órgãos superiores da UFPel.

Após anos de experiências bem-sucedidas no ensino a distância, conduzidas pelo Núcleo de Apoio a Tecnologias Educacionais (NATE) e pela Coordenação de Programas de Educação a Distância (CPED), em 2021 esses órgãos foram extintos e reestruturados, dando origem ao Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED), inicialmente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino. A criação do NUPED atendeu à necessidade de institucionalizar a modalidade na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sobretudo em razão da adesão ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Desde sua implantação, o núcleo desempenhou papel fundamental na ampliação da oferta de cursos de graduação e especialização, na produção de materiais educacionais, na formação de docentes e no suporte técnico e pedagógico às atividades vinculadas à EaD.

Em 2025, uma nova reestruturação administrativa na UFPel levou à criação da Coordenação de Políticas e Tecnologias para a Educação a Distância (CPTED), vinculada à Vice-Reitoria, incorporando em sua estrutura o Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED). Essa mudança evidenciou a elevação do status institucional da área, bem como o fortalecimento da integração entre a graduação e a pós-graduação. A CPTED passou a ser responsável pelo planejamento, pela gestão e pelo acompanhamento das ações relacionadas à Educação a Distância, assumindo a formulação e a implementação de políticas, diretrizes e normas destinadas a assegurar a qualidade, a inovação e a expansão da oferta de cursos, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A missão da CPTED consiste em desenvolver, fomentar e consolidar políticas e práticas inovadoras em educação a distância e em tecnologias aplicadas ao ensino, com o propósito de democratizar o acesso ao conhecimento, promover a qualidade da formação acadêmica e ampliar a inclusão digital. Nesse sentido, a coordenação atua tanto no âmbito estratégico quanto no operacional, coordenando projetos e ações vinculados ao Sistema UAB, apoiando a elaboração de materiais didáticos digitais, promovendo programas de

formação em tecnologias educacionais e estimulando o uso pedagógico de ambientes virtuais de aprendizagem, como o Moodle. Além disso, desempenha papel relevante no incentivo à pesquisa e à inovação em práticas educacionais mediadas por tecnologia, fortalecendo o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão.

As atividades da CPTED estão orientadas por princípios que consolidam sua relevância acadêmica e social. Entre eles, destacam-se o compromisso com o acesso democrático à educação, a busca pela qualidade acadêmica e pela inovação, a valorização da inclusão e da acessibilidade, o estímulo à colaboração interinstitucional e a promoção da sustentabilidade e da ética no uso das tecnologias. Tais fundamentos expressam a concepção de uma educação a distância comprometida não apenas com a expansão quantitativa da oferta, mas também com a excelência e a responsabilidade social no uso de recursos tecnológicos.

Dessa forma, a trajetória que vai do NATE até o NUPED, até a consolidação da CPTED revela não apenas a institucionalização da EaD na UFPel, mas também a sua transformação em uma dimensão estratégica para a universidade. Ao alinhar missão, atribuições e princípios, a coordenação reafirma o papel da educação a distância como vetor de inovação pedagógica, democratização do ensino superior e integração entre diferentes níveis e modalidades de formação acadêmica.

A estrutura do CPTED é composta pela Seção de Apoio Tecnológico (SATE) e pelo Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED). A SATE tem o compromisso de prestar apoio e oferecer formação para a utilização de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na cocriação de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Busca desenvolver métodos ativos e eficazes para os processos de ensino, aprendizagem e avaliação, fortalecendo a prática docente em suas diversas dimensões. Entre suas atribuições estão o incentivo ao uso de tecnologias educacionais, a preparação de materiais didáticos, a produção de Recursos Educacionais Abertos (REAs) e a formação de docentes para o uso dessas ferramentas.

O NUPED, por sua vez, é responsável pela proposição e implementação de políticas institucionais, metodologias pedagógicas e suporte tecnológico para o uso de TDICs na Universidade. Atua como referência em acessibilidade, inclusão e práticas em educação mediada por plataformas digitais.

Em sua estrutura, conta com a Seção de Políticas Institucionais para EaD (SPIEAD), responsável pela formulação de políticas para a educação a distância e pelo apoio à implementação de metodologias pedagógicas. Essa seção atua de forma colaborativa com a SATE e com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). A Seção Unidade Universidade Aberta do Brasil (UUAB), por fim, é encarregada do atendimento administrativo e pedagógico aos cursos e atividades vinculados ao programa, oferecendo suporte às ações educacionais desenvolvidas nesse âmbito.

Ressalta-se que a estrutura do CPTED presta todo o suporte a discentes e docentes, elaborando, em parceria com os docentes, materiais didáticos de apoio, apresentações, cursos e treinamentos, oferecendo tutoriais que orientam discentes e docentes a tirarem o melhor proveito possível dos recursos oferecidos, a fim de facilitar o ensino, a pesquisa e a extensão.

O CPTED tem desenvolvido diversos guias[3] para apoiar os docentes no planejamento de estratégias de ensino e aprendizagem por meio das TICs. Entre esses materiais, destaca-se o Kit Docente, que reúne recursos voltados à produção de conteúdos pedagógicos de qualidade para ambientes virtuais de aprendizagem e para ações de Educação a Distância (EaD). O kit oferece orientações práticas sobre a criação de videoaulas, podcasts e recursos acessíveis, incentivando o uso pedagógico das tecnologias digitais na docência. Entre os conteúdos disponíveis estão os *Princípios Pedagógicos para Uso de Tecnologias Digitais*, o *Manual de Acessibilidade*, o *Manual de Videoaulas* e o *Manual de Podcasts*.

7.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ADOTADOS PARA O USO DAS TICs NO CURSO E ACESSIBILIDADE

A Coordenação de Políticas e Tecnologias para a Educação a Distância (CPTED) elaborou sete princípios pedagógicos orientados ao uso de tecnologias digitais no ensino (Felcher *et al*, 2025), que servem de referência para a prática pedagógica do no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras. O primeiro desses princípios, denominado ***Conhecimento como obra aberta***,

[3] Todos os materiais podem ser acessados gratuitamente no sítio eletrônico: https://wp.ufpel.edu.br/cpted/kit-docente/.

estabelece que o conhecimento, no âmbito da Educação a Distância, deve ser compreendido como dinâmico, revisável e constantemente reconstruído em colaboração entre docentes e discentes. A efetivação desse princípio ocorre por meio de práticas que favorecem a reflexão crítica, o diálogo e a adaptação a novas perspectivas, tais como a criação coletiva de wikis temáticos, a realização de debates virtuais e fóruns de discussão, a produção de pesquisas publicadas em blogs ou repositórios digitais, o uso de ferramentas interativas e de plataformas de cocriação, além da proposição de atividades que articulem teoria e resolução de problemas reais. Inclui-se ainda a produção de materiais didáticos pelos próprios estudantes, como vídeos, podcasts e apresentações interativas, bem como o desenvolvimento de investigações coletivas que visem à resolução de problemas complexos.

O segundo princípio, ***Criação e reuso de conteúdo***, enfatiza o valor da adaptabilidade e da recriação de materiais digitais como estratégia para enriquecer a aprendizagem de forma colaborativa. Nesse escopo, destacam-se práticas como a curadoria de conteúdos digitais realizada pelos estudantes, a adaptação de materiais em diferentes contextos, o uso de plataformas colaborativas para compartilhamento e recriação de conteúdos, a publicação em blogs, repositórios e redes acadêmicas, a integração de Recursos Educacionais Abertos (REAs), a participação em fóruns e grupos de estudo on-line, a análise de estudos de caso que demandem adaptação de materiais, bem como a promoção de *workshops* voltados à criação, reuso e curadoria de recursos digitais.

O terceiro princípio, relacionado ao ***Acolhimento e cuidado***, parte do entendimento de que um ambiente educacional acolhedor favorece a motivação, fortalece o engajamento e contribui para o desenvolvimento integral do estudante. Entre as práticas que materializam esse princípio, incluem-se o acompanhamento contínuo das dúvidas e necessidades individuais, a disponibilização de fóruns e salas de bate-papo on-line, a promoção de mentorias entre estudantes ingressantes e veteranos, a organização de currículos flexíveis que conciliem atividades síncronas e assíncronas, além da realização de projetos em grupo, estudos de caso, videoconferências e atividades colaborativas em plataformas digitais. Esse princípio também prevê a divulgação de recursos de apoio acadêmico e psicológico, bem como a oferta de atividades extracurriculares, webinars e eventos virtuais destinados a promover a integração discente.

O quarto princípio, intitulado ***Aprendizagem significativa***, defende que a aprendizagem adquire maior relevância quando os conteúdos se conectam às experiências de vida dos estudantes, favorecendo sua compreensão e aplicação prática. Para tanto, privilegia-se o uso de metodologias ativas, como sala de aula invertida e projetos de investigação aplicada, a seleção de conteúdos pertinentes ao contexto socioprofissional dos alunos, o desenvolvimento de projetos em grupo, atividades práticas, estudos de caso e simulações. O uso de tecnologias interativas desempenha papel relevante ao enriquecer a experiência formativa, ao passo que a proposição de tarefas desafiadoras, que dialogam com a realidade, contribui para o fortalecimento de competências cognitivas e socioemocionais. Nesse processo, as avaliações formativas são empregadas para incentivar a autorreflexão e a consolidação da aprendizagem.

O quinto princípio, ***Criatividade e interatividade***, enfatiza o papel dos recursos digitais interativos como catalisadores da colaboração, da criatividade e da construção coletiva do conhecimento. Sua aplicação pode ser observada em projetos colaborativos on-line voltados à criação de conteúdos e soluções, no uso de plataformas interativas e de tecnologias criativas, em *workshops* de inovação, em atividades desafiadoras relacionadas a problemas do mundo real, em estudos de caso e simulações, bem como na cocriação de materiais didáticos interativos e na exploração de tecnologias emergentes para o desenvolvimento e compartilhamento de conteúdos digitais.

O sexto princípio, denominado ***Autonomia e cooperação***, associa a formação da autonomia discente à promoção de práticas colaborativas. Nesse contexto, estimulam-se projetos autônomos em que os estudantes definam os temas, os métodos e as etapas de trabalho, bem como o uso de ferramentas digitais para gestão de tempo e recursos. São igualmente incentivados ambientes colaborativos que promovam o trabalho em equipe, a curadoria de conteúdos digitais pelos próprios discentes, metodologias ativas que estimulem a participação e cooperação, *feedback* contínuo e reflexões constantes, escrita colaborativa em wikis e blogs, além de tutorias e mentorias personalizadas que fortaleçam a aprendizagem.

Por fim, o sétimo princípio, centrado na ***Avaliação***, compreende esse processo como contínuo, formativo e reflexivo, cujo objetivo não se limita à mensuração de desempenho, mas se estende à promoção da aprendizagem. Nesse sentido, propõem-se avaliações formativas com *feedback* detalhado, atividades de autoavaliação e

coavaliação, *feedback* reflexivo e construtivo, uso de critérios claros e transparentes com participação discente, diversidade de formas avaliativas e atividades contextualizadas em situações reais, além do emprego de ferramentas digitais que favoreçam práticas avaliativas contínuas e interativas.

FIGURA 1: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS ORIENTADOS AO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO



Fonte: Felcher *et al.*, 2025.

Além dos sete princípios pedagógicos formulados, destaca-se a acessibilidade educacional como elemento estruturante na implementação das práticas de EaD no Curso de Especialização, em consonância com as diretrizes da Coordenação (Ávila *et al*., 2025). A acessibilidade garante que todos os estudantes, a despeito de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, possam acessar, compreender e interagir com os conteúdos de modo eficaz e autônomo, assegurando a igualdade de oportunidades, promovendo uma

experiência de aprendizagem equitativa e atendendo ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).

Nesse escopo, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) fundamenta-se nos princípios do *Design Universal para a Aprendizagem* (DUA), que preconiza a criação de ambientes inclusivos e acessíveis por meio da diversificação de formas de apresentação dos conteúdos (texto, áudio, vídeo, imagens), de expressão e ação (escrita, fala, desenho, produções audiovisuais) e de engajamento (atividades variadas, níveis progressivos de desafio e *feedbacks* diversificados). Quando aplicado à educação digital, o DUA possibilita a estruturação de cursos flexíveis, personalizados e inclusivos, voltados à promoção da igualdade de oportunidades.

Dessa forma, o planejamento das estratégias de ensino-aprendizagem em EaD contempla as necessidades de estudantes com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, prevendo uma estrutura clara, linguagem objetiva, formatação acessível, uso de recursos multimídia adaptados (como imagens com descrição alternativa, vídeos legendados e áudios transcritos), atividades flexíveis e mecanismos de acessibilidade disponíveis na plataforma, tais como ajustes de fonte e contraste.

A integração dos princípios pedagógicos propostos pela CPTED às diretrizes de acessibilidade educacional configura um modelo de educação digital de alta qualidade, inclusiva, flexível e colaborativa, que promove a participação ativa dos estudantes, estimula aprendizagens significativas, desenvolve competências cognitivas e socioemocionais e consolida um ambiente motivador, interativo e adaptável às diversas necessidades formativas contemporâneas.

O uso das TICs no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu busca inspiração nos **Referenciais de Qualidade para Cursos de Graduação com Oferta a Distância** (Brasil, 2025), que estabelecem o princípio segundo o qual a tecnologia deve ser concebida como meio, e não como fim em si mesma. Essa diretriz epistemológica e pedagógica desloca o foco da técnica para a educação, compreendida como processo social e cultural mediado por sujeitos históricos. Assim, a tecnologia adquire sentido apenas quando integrada a um projeto formativo que privilegie a autonomia intelectual, a interatividade e o protagonismo discente, sem jamais prescindir da mediação humana, elemento constitutivo da relação pedagógica.

A concepção pedagógica do Curso articula-se, portanto, a uma visão crítica e humanizadora da tecnologia, reconhecendo que a qualidade da formação depende da interação dialógica entre pessoas, conteúdos e meios, em processos colaborativos que estimulem a reflexão, a criatividade e a produção de conhecimento socialmente relevante. Nesse horizonte, a mediação docente constitui-se como núcleo da prática educativa, reafirmando a centralidade do professor enquanto agente de orientação, acompanhamento e devolutiva formativa contínua. Essa dimensão é reforçada pelos *Referenciais de Qualidade*, que salientam o papel do educador na identificação das potencialidades e fragilidades do estudante, assegurando trajetórias de aprendizagem personalizadas e coerentes com os princípios da avaliação formativa.

O emprego das TICs, assim, não se limita à instrumentalização das práticas pedagógicas, mas integra uma estratégia formativa que articula tempos e espaços de aprendizagem – síncronos e assíncronos – em um ecossistema formativo integrado. A interação entre atividades presenciais, discussões mediadas por tecnologias e espaços colaborativos de produção de conhecimento favorece a constituição de comunidades de aprendizagem. Tais comunidades fortalecem o sentimento de pertencimento institucional e o engajamento estudantil, dimensões fundamentais da permanência e do sucesso acadêmico.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), concebido como espaço de convergência pedagógica, sustenta essa proposta ao reunir recursos interativos – fóruns, videoconferências, *chats*, bibliotecas digitais, laboratórios virtuais e ferramentas de avaliação entre pares – que promovem a aprendizagem flexível, contextualizada e compatível com distintos ritmos e estilos cognitivos. Essa arquitetura digital é permanentemente orientada por princípios de acompanhamento e colaboração, superando a lógica transmissiva e instrumental que, muitas vezes, limita o potencial das TICs no ensino superior.

A incorporação de tecnologias emergentes, como a realidade aumentada, a realidade virtual e o *learning analytics*, amplia o espectro formativo ao favorecer a visualização de fenômenos complexos, o engajamento ativo e a análise de trajetórias de aprendizagem. Todavia, a integração desses recursos subordina-se a uma perspectiva ética e pedagógica que reconhece no docente o *locus* do julgamento reflexivo e avaliativo, evitando a delegação da função educativa a sistemas automatizados.

A política institucional de TICs ancora-se, ainda, no princípio da acessibilidade universal e da inclusão digital, compreendidas como dimensões indissociáveis da qualidade social da educação. Nessa direção, o Curso adota práticas que asseguram a oferta de materiais em múltiplos formatos (texto, áudio, vídeo e outros), o uso de plataformas compatíveis com tecnologias assistivas e a realização de ações de capacitação digital voltadas à autonomia discente e à apropriação crítica dos ambientes virtuais.

Tais medidas coadunam-se à concepção de educação como direito público e bem comum, conforme delineado nos *Referenciais de Qualidade*, que defendem a mediação tecnológica como instrumento de democratização do acesso, de superação de barreiras geográficas e socioeconômicas e de ampliação das oportunidades formativas. Em conformidade com a normatização do Ministério da Educação, assegura-se que os estudantes dos componentes mediados por TICs tenham os mesmos direitos e garantias acadêmicas dos discentes dos cursos presenciais, incluindo o acesso à assistência estudantil, aos serviços de apoio psicológico e pedagógico, à iniciação científica, à extensão e à representação institucional.

No campo da avaliação, o Curso mantém o compromisso com a combinação de instrumentos diversificados, devolutivas qualitativas e avaliações presenciais obrigatórias, estas com peso majoritário na composição da nota final, em consonância com o disposto nos *Referenciais de Qualidade*. As avaliações são concebidas como práticas formativas que privilegiam o exercício da análise e da síntese, promovendo o desenvolvimento de competências discursivas e cognitivas superiores.

Em síntese, os princípios pedagógicos que orientam o uso das TICs e as diretrizes de acessibilidade neste Curso expressam um projeto educativo comprometido com a formação integral, a equidade e a responsabilidade social. A tecnologia, integrada criticamente ao projeto pedagógico, constitui-se em vetor de inovação e democratização do conhecimento, reafirmando a missão pública da UFPel na promoção de uma educação superior de qualidade social, inclusiva e humanizadora.

7.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, CORPO DOCENTE, MEDIADORES PEDAGÓGICOS E TUTORES

A constituição de uma **Equipe Multidisciplinar** representa um elemento estruturante da modalidade EaD, sendo responsável tanto pela elaboração quanto pela validação dos materiais didáticos utilizados nos conteúdos curriculares e nas disciplinas ofertadas. Tal equipe não se restringe à atuação dos professores responsáveis por cada componente, mas envolve a integração de profissionais de distintas áreas técnicas e educacionais, entre os quais se incluem web designers, designers gráficos, designers instrucionais, revisores de texto, especialistas em produção audiovisual e outros colaboradores necessários ao pleno desenvolvimento dos materiais. No Curso de Especialização, essa função é exercida pela equipe da Coordenação de Políticas e Tecnologias para a Educação a Distância (CPTED), que atua em estreita articulação com o corpo docente do curso.

A Universidade Federal de Pelotas instituiu, por meio da Portaria n. 2.172, de 17 de outubro de 2022, uma comissão específica para a seleção de seus integrantes. O processo de elaboração dos materiais didáticos inicia-se com a proposição realizada pelo professor da disciplina, cabendo à Equipe Multidisciplinar a oferta de suporte técnico especializado e a posterior validação do conteúdo. Essa dinâmica de trabalho coletivo permite que a equipe, composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, exerça atribuições voltadas à concepção, produção e disseminação de metodologias, recursos e tecnologias aplicadas à EaD, sempre ancoradas em um plano de ação previamente estruturado. A atuação dessa instância assegura a conformidade dos conteúdos com as diretrizes estabelecidas no PPC, garantindo-lhes abrangência, profundidade e coerência teórica, ao mesmo tempo em que se observa a acessibilidade metodológica e instrumental, a adequação da bibliografia às demandas formativas e a adoção de uma linguagem clara, inclusiva e acessível, acompanhada de recursos inovadores que favoreçam a aprendizagem.

A composição da Equipe Multidisciplinar foi inicialmente formalizada pela Portaria n. 01/2023 da Pró-Reitoria de Ensino da UFPel, contemplando servidores técnico-administrativos, docentes e bolsistas. Posteriormente, sua constituição atual foi regulamentada pela Portaria de Pessoal n. 4479, de 12 de junho de 2025, que designou a professora Carla Denize Ott Felcher como coordenadora, além de integrar servidores

docentes, técnico-administrativos e bolsistas vinculados à Universidade Aberta do Brasil (UAB) e à CPTED. É importante destacar que a Portaria da Equipe Multidisciplinar é periodicamente revisada, a fim de refletir eventuais alterações em sua composição e assegurar a atualização contínua de seus membros conforme as demandas institucionais.

Como desdobramento de suas atribuições, essa equipe elaborou um Plano de Ação que reconhece a EaD como estratégia central para o ensino superior contemporâneo, cuja relevância foi intensificada a partir das mudanças impostas pela pandemia de COVID-19. O documento enfatiza a função da EaD na ampliação do acesso ao ensino superior, tornando a universidade mais inclusiva e atraente, especialmente para estudantes que, por motivos pessoais ou profissionais, não dispõem de disponibilidade integral para frequentar cursos presenciais. Entre as ações projetadas para os anos de 2023 e 2024, destacam-se a ampliação da infraestrutura de acesso a equipamentos voltados aos alunos matriculados em disciplinas ofertadas nessa modalidade, o estímulo à criação de novos cursos de EaD dentro e fora do escopo da UAB a oferta de cursos massivos abertos on-line (MOOC) com carga horária de 20 horas, a implementação de um painel de indicadores acadêmicos com foco na evasão nos cursos a distância e a realização de uma avaliação institucional específica para os componentes EaD inseridos em cursos de graduação tanto presenciais quanto a distância. Essas medidas evidenciam o esforço institucional da UFPel em fortalecer e consolidar a modalidade EaD, ampliando seu alcance, relevância e impacto na formação acadêmica.

A configuração do corpo docente no âmbito da EaD também se apresenta como aspecto fundamental. Nos termos do Decreto n. 12.456/2025 e da Portaria do Ministério da Educação n. 506/2025, admite-se a diferenciação entre a função do **professor regente** e a do **professor conteudista**. O professor regente é responsável pelo planejamento e pela coordenação do desenho instrucional e do percurso de aprendizagem da unidade curricular, assumindo ainda os aspectos pedagógicos e administrativos relacionados à disciplina, o planejamento e a organização das avaliações. Já o professor conteudista é incumbido da produção e da seleção dos materiais didáticos, de modo a alinhá-los ao PPC, bem como da validação dos conteúdos e metodologias em articulação com o corpo docente, garantindo padrões de qualidade e acessibilidade. No entanto, conforme o disposto no art. 18, § 4º, do Decreto n.12.456/2025, **no Curso de Especialização, as atribuições do professor conteudista são integralmente assumidas pelo professor**

regente, assegurando o cumprimento das responsabilidades previstas sem prejuízo à qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Outro ponto de destaque refere-se à possibilidade de atuação de **mediadores pedagógicos** e **tutores** no apoio ao corpo docente, também prevista no Decreto n. 12.456/2025 e na Portaria n. 506/2025. Os mediadores pedagógicos exercem funções de apoio direto ao professor regente, auxiliando no esclarecimento de dúvidas, na mediação com os estudantes, no planejamento e avaliação, no acompanhamento das atividades presenciais e a distância, bem como na formação continuada e nos atendimentos realizados nos polos de EaD. Os tutores, por sua vez, atuam na mediação da comunicação entre professores e estudantes, no acompanhamento das atividades discentes e no apoio ao desenvolvimento das atividades docentes, exercendo função de caráter predominantemente pedagógico e de mediação, nos termos do Regimento do Curso. No âmbito da UAB, os mediadores pedagógicos e tutores são selecionados por meio de edital. Conforme o Regimento do Curso de Especialização, será dada preferência a docentes do CCSO.

Para que esse trabalho alcance os resultados esperados, torna-se imprescindível que os professores desenvolvam e mobilizem um conjunto diversificado de competências. Entre elas destacam-se o domínio de informática básica e da plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o conhecimento aprofundado sobre o componente ministrado, a capacidade de comunicação eficaz, competências comportamentais de organização e planejamento, além de habilidades pedagógicas e socioafetivas. A mediação e a tutoria docente devem contemplar práticas como o acompanhamento do progresso dos estudantes, o auxílio no acesso aos materiais e na realização das atividades, a condução pedagógica e intelectual do processo de ensino, incentivando a pesquisa, formulando perguntas, relacionando comentários, coordenando discussões e sintetizando os pontos centrais de cada temática, de modo a estimular a construção autônoma do conhecimento. Também se espera do docente um papel social ativo, que se materializa no contato regular com os discentes, na oferta de *feedback* ágil e no incentivo ao senso de pertencimento e de comunidade. Além disso, cabe ao professor auxiliar na interpretação de materiais visuais e multimídia, desempenhando papel fundamental no nivelamento de estudantes em componentes básicos e em sua introdução às tecnologias digitais aplicadas à aprendizagem.

Com vistas a sustentar e ampliar essas práticas, a UFPel, por intermédio do CPTED, promove ações contínuas de formação voltadas a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo em EaD, tanto docentes quanto discentes. O objetivo é o desenvolvimento de competências digitais que garantam a acessibilidade, a usabilidade e a qualidade dos recursos disponibilizados pelas plataformas digitais, assegurando um processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo, eficaz e alinhado às demandas contemporâneas da educação superior.

8. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) E DEMAIS PLATAFORMAS

A implementação da educação a distância no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras emerge como expressão concreta de uma política institucional que articula tecnologia, pedagogia e gestão acadêmica. Sua finalidade central consiste em assegurar não apenas a oferta de ensino superior de qualidade, mas também a promoção da inclusão, da acessibilidade e da equidade, em consonância com os preceitos normativos estabelecidos pelo Decreto n. 12.456/2025 e pela Portaria n. 506/2025 do Ministério da Educação. É operacionalizada por meio de um conjunto complexo e articulado de plataformas digitais que congregam Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), sistemas de gestão acadêmica, ferramentas de interação síncrona por videoconferência e repositórios digitais de acervos bibliográficos e materiais didáticos. Todos concebidos e organizados de acordo com o PPC e sujeitos a atualização contínua, integração permanente e monitoramento pedagógico, de modo a garantir que os processos de ensino e aprendizagem transcendem a mera disponibilização de conteúdos. Deste modo, incorpora práticas colaborativas, estratégias avaliativas diversificadas, recursos tecnológicos inovadores e mecanismos de mediação que asseguram tanto a construção do conhecimento quanto a consolidação da identidade institucional da UFPel.

Dentro desse panorama, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, derivados do conceito internacional de *Learning Management System* (LMS), configuram-se como instrumentos estratégicos capazes de articular a comunicação entre docentes, estudantes

e mediadores pedagógicos. Organiza e disponibiliza conteúdos de maneira sistemática e estruturada, acompanhar o progresso acadêmico de forma contínua e fomentar atividades colaborativas que promovem o engajamento dos estudantes. De outro modo, constituem o núcleo operacional da educação a distância, no qual se materializam os princípios pedagógicos, tecnológicos e administrativos que orientam a formação superior contemporânea. Entre esses sistemas, destaca-se o *Moodle* (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*), cuja flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de configuração rápida de conteúdos e atividades permitem sua utilização tanto em cursos integralmente a distância quanto como suporte a componentes presenciais, garantindo que práticas pedagógicas diversificadas, avaliativas, interativas e inclusivas sejam implementadas de forma consistente e alinhada aos objetivos formativos, às diretrizes institucionais e às exigências da educação superior contemporânea.

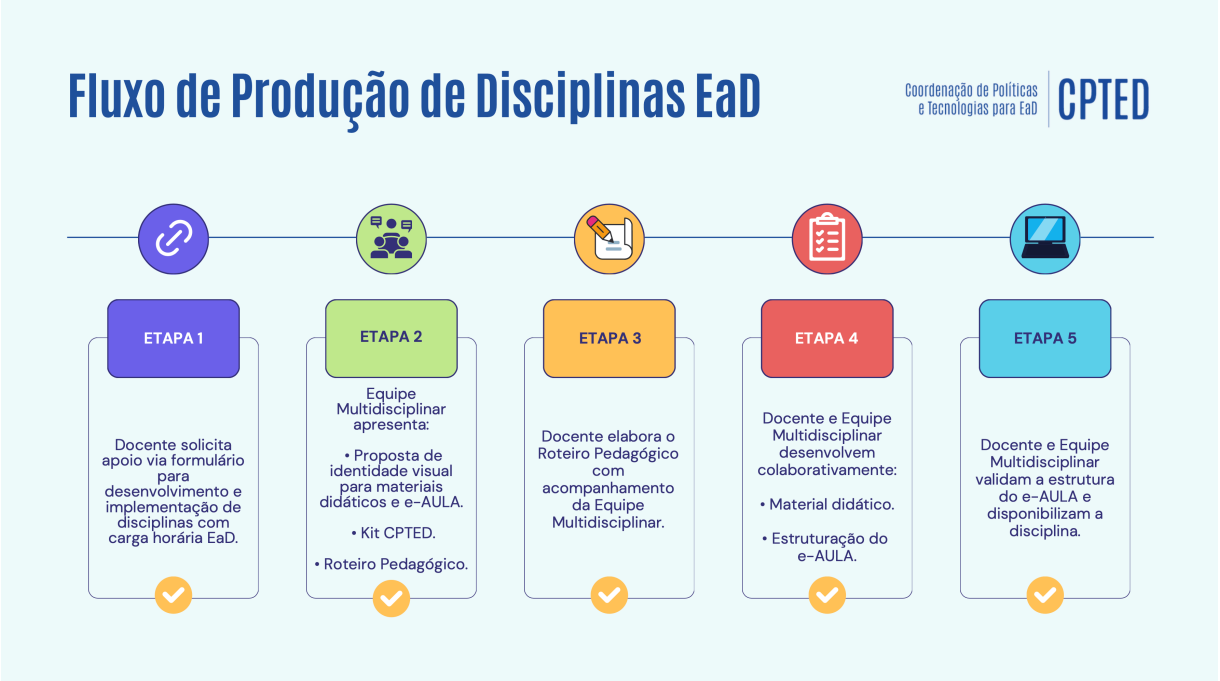
A adoção do sistema **e-AULA**, em 2020, representou um marco significativo na política institucional de EaD da UFPel. Não apenas por integrar-se ao sistema acadêmico-administrativo Cobalto, consolidando uma gestão acadêmica articulada e eficiente, mas também por ampliar significativamente o espaço de armazenamento, a capacidade de interação, a flexibilidade de configuração de cursos e a integração com outras ferramentas digitais. Desta forma, supera as limitações do AVA previamente utilizado e permitindo que experiências pedagógicas complexas, diversificadas e alinhadas às demandas contemporâneas fossem implementadas de forma consistente. De fato, conforme a própria Universidade, o e-AULA "apresenta algumas facilidades e vantagens como: login integrado (mesmo usuário e senha do Cobalto), migração automatizada dos professores e dos alunos diretamente do Cobalto, integração com o sistema de webconferência da UFPel, entre outras que estão sendo desenvolvidas" (UFPel, 2025a, s/p), revelando a capacidade do sistema de articular aspectos administrativos, pedagógicos e tecnológicos em um ambiente único, integrado e eficiente.

A condução das atividades acadêmicas na modalidade a distância observa rigorosamente as diretrizes da Resolução COCEPE 27/2017, que estabelece indicadores de qualidade para projetos, programas e atividades de EaD na UFPel. Esta Resolução assegura que todos os componentes curriculares, inclusive aqueles ofertados parcialmente a distância, contemplem de forma articulada conteúdos, recursos, interações, presença e avaliação, ao mesmo tempo em que incorporem plenamente os princípios de

acessibilidade e inclusão, incluindo o uso de tecnologias assistivas, de modo a promover equidade, participação efetiva e apropriação crítica do conhecimento. O detalhamento dessas atividades, formalizado nos planos de ensino, permite registro, acompanhamento e monitoramento contínuo, assegurando que cada componente seja executado de forma organizada, estruturada e plenamente alinhada aos objetivos formativos do curso, garantindo consistência entre intenção pedagógica e prática efetiva.

Para orientar os docentes na utilização do ambiente digital, a CPTED elaborou o *Guia Docente para Uso da Plataforma e-AULA*[4], que fornece instruções detalhadas sobre operacionalização, configuração e acompanhamento das disciplinas, esclarecendo dúvidas, propondo boas práticas pedagógicas e técnicas, e permitindo a incorporação de ferramentas complementares previamente acordadas com os estudantes.

FIGURA 2: ETAPAS DA PRODUÇÃO DE DISCIPLINAS EAD



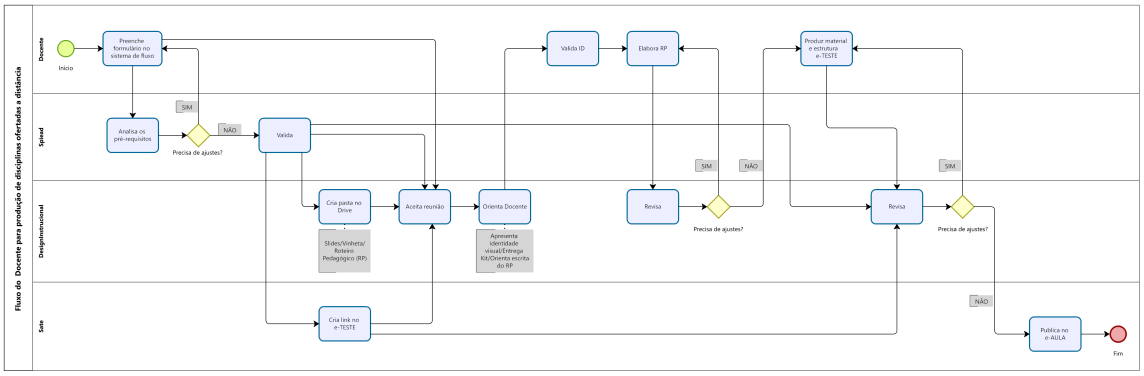
Fonte: CPTED, 2025.

Nesse contexto, a construção de uma disciplina no e-AULA segue um fluxo estruturado pela Equipe Multidisciplinar, composta por docentes e integrantes da CPTED.

[4] Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/nuped/files/2021/11/Guia-Docente.pdf.

Está organizado em cinco etapas integradas e sequenciais: inicialmente, o docente solicita formalmente apoio institucional; em seguida, a equipe propõe identidade visual para os materiais didáticos e para o ambiente virtual, garantindo padronização institucional, alinhamento pedagógico e qualidade estética, ocasião em que é entregue ao docente o Kit Docente, composto por manuais e pelo Roteiro Pedagógico; na terceira etapa, o docente elabora, em colaboração com a equipe, o Roteiro Pedagógico, documento que organiza objetivos de aprendizagem, unidades, conteúdos, tarefas e critérios de avaliação, permitindo à CPTED compreender a concepção pedagógica adotada e propor sugestões fundamentadas, respeitando a autonomia docente; subsequentemente, são produzidos os materiais didáticos e estruturado o ambiente virtual, contando com orientação contínua da CPTED em aspectos pedagógicos, técnicos e de acessibilidade; finalmente, cria-se uma versão experimental da disciplina no **e-TESTE**, validada pela equipe e pelo docente, antes de sua migração definitiva para o e-AULA, assegurando que o conteúdo seja plenamente funcional, acessível e de elevada qualidade pedagógica.

FIGURA 3: FLUXO DO DOCENTE PARA PRODUÇÃO DE DISCIPLINAS OFERTADAS A DISTÂNCIA



Fonte: CPTED, 2025.

Os materiais didáticos disponíveis no e-AULA são planejados para atender integralmente às exigências legais e pedagógicas do ensino superior. Contempla múltiplos formatos, incluindo textos, slides, vídeos e podcasts, sendo continuamente atualizados para incorporar novas tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras, de modo a garantir que a carga horária prevista, as competências acadêmicas e os objetivos de aprendizagem sejam plenamente atingidos. Nesse sentido, a CPTED fornece manuais

específicos que orientam docentes na produção de vídeos e podcasts, detalhando desde a elaboração do roteiro até a gravação, edição e publicação, sugerindo ferramentas gratuitas e apresentando cuidados técnicos e pedagógicos que asseguram qualidade, interatividade e inclusão, promovendo experiências de aprendizagem envolventes, dinâmicas e efetivamente participativas.

O e-AULA encontra-se ainda integrado à plataforma *Conferência Web* (*Webconf*), desenvolvida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que fornece infraestrutura digital segura, estável e gratuita para aulas síncronas. A plataforma disponibiliza recursos como compartilhamento de tela, *chat*, enquetes, salas paralelas e gravação de atividades, favorecendo metodologias colaborativas, flexíveis e dinâmicas, aproximando a experiência da EaD da vivência presencial e permitindo que os estudantes revisitem os conteúdos conforme suas necessidades. Nesse processo, a CPTED disponibiliza manuais detalhados com orientações sobre boas práticas pedagógicas, estratégias de interatividade e medidas para assegurar acessibilidade, garantindo que o ensino síncrono seja mediado de forma eficaz, articulada e integrada ao processo formativo.

Complementarmente, a UFPel desenvolveu o **e-PROJETO** (https://e-projeto.ufpel.edu.br/), plataforma baseada em *Moodle* que articula ensino, pesquisa e extensão, especialmente voltada à criação de cursos de extensão e projetos de ensino, mantendo integração com o sistema Cobalto de maneira análoga à realizada com o e-AULA. Esta ferramenta amplia significativamente o escopo e a abrangência da EaD na Universidade, consolidando práticas educativas mediadas por tecnologias digitais e promovendo experiências de aprendizagem integradas, inovadoras e plenamente alinhadas aos princípios pedagógicos e estratégicos da instituição. Isto revela o compromisso institucional com a formação de profissionais críticos, competentes e aptos a atuar de maneira eficaz em contextos complexos e diversificados.

II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O quadro docente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras é composto, inicialmente, por 6 (seis) professores, todos com doutorado e vinculados ao Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO). A equipe apresenta uma formação multidisciplinar, abrangendo áreas como Administração, Direito, Economia Aplicada, Relações Internacionais e Agronomia, o que contribui para uma abordagem abrangente e integrada dos conteúdos do curso. A seguir, apresenta-se a tabela com os docentes, suas respectivas áreas de atuação e a posição que ocupam na Carreira do Magistério Superior Federal.

TABELA 1: DOCENTES DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS FRONTEIRAS

DOCENTE	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CLASSE
Daniel Lena Marchiori Neto	Doutor em Direito	UFSC	ADJUNTO
Isabel Teresinha Dutra Soares	Doutora em Administração	UFSM	ADJUNTO
Kelly Fabiane de Farias Simões Arpino	Doutora em Economia Aplicada	UFPel	ASSISTENTE
Larissa Ferreira Tavares	Doutora em Administração	UFSC	ADJUNTO
Luciano Vaz Ferreira	Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais	UFRGS	ADJUNTO
Patrícia Schneider Severo	Doutora em Agronomia	UFPel	ADJUNTO

O Curso conta ainda com os seguintes servidores técnico-administrativos em educação:

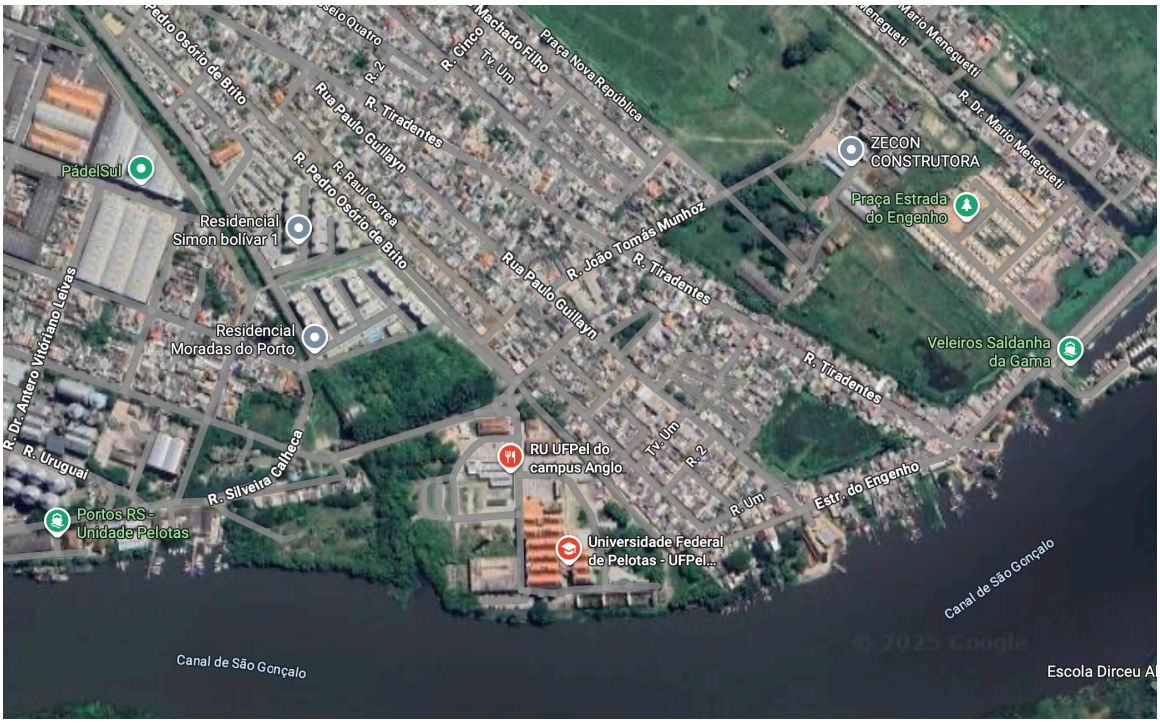
a) **André Barbosa da Cruz:** Graduação em Direito (UFPel), Mestre em Direito e Justiça Social (FURG), Assistente em Administração;
b) **Henrique Grutzmann Furtado:** Graduando em Educação Física (UFPel), Assistente em Administração.

III - INFRAESTRUTURA

1. A CONFIGURAÇÃO MULTICAMPI DA UFPEL

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) apresenta uma configuração multicampi, distribuindo suas unidades acadêmicas e administrativas em diferentes regiões da cidade de Pelotas e em áreas adjacentes, refletindo tanto sua expansão institucional quanto a diversidade de cursos, projetos e programas que abriga. Essa estrutura espacial contribui para a presença da universidade em distintos contextos urbanos, históricos e culturais, fortalecendo sua função como instituição pública voltada ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação. A distribuição dos campi articula patrimônio histórico, inovação científica, compromisso social e preservação ambiental, reafirmando a missão da universidade como espaço público voltado à formação crítica, à produção de conhecimento e à transformação da realidade local e nacional. É importante destacar a UFPel implementa políticas de sustentabilidade e acessibilidade em todos os campi, incluindo sistemas de coleta seletiva, reutilização de água de chuva e rampas e elevadores acessíveis.

FIGURA 4: MAPA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Google Maps, 2025.

O *Campus Anglo*, situado na região central de Pelotas, ocupa o prédio histórico do antigo Frigorífico Anglo, um marco da arquitetura industrial do início do século XX e importante patrimônio cultural da cidade. A edificação passou por processos de restauração e requalificação, preservando características originais da arquitetura industrial, enquanto recebeu adaptações para atender às necessidades acadêmicas, administrativas e pedagógicas. O campus representa um exemplo de reaproveitamento de patrimônio urbano, integrando memória, cultura e educação, e se tornou um dos mais significativos da UFPel, articulando dimensão histórica, simbólica e acadêmica. O campus oferece espaços como cafeteria, restaurante universitário com custos reduzidos, biblioteca com salas de estudo individuais e em grupo, bicicletário, auditórios, salas de reunião, áreas verdes, estacionamento fechado, segurança e acessibilidade, possuindo vista para o Canal São Gonçalo. O acesso ao 4º andar se dá por duas escadas (interna e externa) e dois elevadores, com portas corta-fogo, extintores e iluminação de emergência. Recentemente, foram instaladas escadas metálicas externas de emergência, obtendo licenciamento ambiental (UFPel, 2019). O campus também abriga espaços de incubação e inovação, conectando estudantes a projetos de empreendedorismo e pesquisa aplicada (UFPel, 2023c).

FIGURA 5: FACHADA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Coordenação de Comunicação Social, 2022.

FIGURA 6: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO



Fonte: Coordenação de Comunicação Social, 2022.

O Campus *Capão do Leão*, a aproximadamente 15 km do centro de Pelotas, concentra atividades ligadas às ciências agrárias, ambientais e biológicas, dispondo de extensas áreas experimentais, laboratórios e campos de pesquisa. Nesse campus se encontram faculdades como Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, além de unidades voltadas à preservação ambiental, manejo de recursos naturais e biotecnologia. O campus possui também estufas, viveiros e fazendas experimentais que possibilitam práticas de pesquisa de campo em larga escala.

O *Campus das Ciências Humanas e Sociais* (Campus II), situado na Rua Almirante Barroso, integra cursos de humanidades, artes e ciências sociais, reunindo faculdades como Educação, Ciências Sociais e Filosofia. Esse espaço possibilita intensa articulação entre formação acadêmica e debates sobre cultura, política, educação e sociedade, fortalecendo a dimensão interdisciplinar e crítica da universidade.

O *Campus das Ciências da Saúde*, vinculado ao Hospital Escola da UFPel, concentra cursos e atividades nas áreas de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia e Psicologia, incluindo programas de residência e pós-graduação, promovendo a articulação entre ensino e prática profissional integrada ao Sistema Único

de Saúde (SUS). Além disso, o hospital escola realiza atendimentos à comunidade externa, contribuindo para ações extensionistas e estágios práticos supervisionados.

O *Campus Cotada*, próximo ao Porto de Pelotas, abriga cursos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Design, Computação e Música, configurando-se como polo multidisciplinar em que ciência, tecnologia e artes dialogam intensamente. Além desses campi, a UFPel conta com unidades espalhadas pela cidade, como o Instituto de Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Biológicas e o Conservatório de Música, que, mesmo não constituindo grandes campi isolados, possuem relevância histórica e acadêmica, integrando-se à dinâmica urbana e reforçando a identidade plural da universidade.

A UFPel mantém ainda uma rede de transporte institucional, que interliga seus diferentes campi, garantindo a mobilidade de estudantes, docentes e servidores entre as unidades acadêmicas e administrativas. A frota de ônibus universitários realiza trajetos regulares e gratuitos entre os campi centrais (Anglo, Cotada e Ciências Humanas) e o Campus Capão do Leão, promovendo integração, acessibilidade, equidade e sustentabilidade, ao reduzir a necessidade do uso de transporte individual e fortalecer a conexão entre os diferentes espaços da universidade.

2. BIBLIOTECA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A infraestrutura de apoio à pesquisa e ao estudo no Curso de Especialização é significativamente fortalecida pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas (SisBi/UFPel), do qual a Biblioteca do Campus Anglo se constitui em unidade estratégica. O SisBi é composto pela Coordenação de Bibliotecas, seis bibliotecas (Biblioteca Campus Porto, Biblioteca do Campus Capão do Leão, Biblioteca de Ciências Sociais, Biblioteca de Educação Física, Biblioteca de Medicina e Biblioteca do Direito), além de secretaria administrativa, setor de aquisição, Repositório Institucional Guaiaca, Núcleo de Apoio aos Periódicos (NAP), Comitê de Automação, Comissão de Acessibilidade e Inclusão e Comissão de Comunicação e Marketing. A rede de bibliotecas é totalmente integrada, permitindo que a comunidade acadêmica realize empréstimos e consultas em qualquer unidade, contando inclusive com transporte institucional de apoio quando necessário.

FIGURA 7: BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Coordenação de Comunicação Social, 2022.

FIGURA 8: ACERVO FÍSICO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPel, 2025.

FIGURA 9: COMPUTADORES PARA PESQUISA DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPel, 2025.

FIGURA 10: GABINETES DE ESTUDO EM GRUPO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPel, 2025.

FIGURA 11: ÁREA DE ESTUDO INDIVIDUAL DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPel, 2025.

A Biblioteca do Campus Anglo oferece salas de estudo individuais e em grupo, espaços de convivência acadêmica e acesso à internet via Wi-Fi, constituindo um recurso essencial para os discentes do Curso de Especialização. A biblioteca integra o sistema *Pergamum*, que possibilita consulta ao acervo físico e digital, reserva de obras, renovação de empréstimos e emissão de documentos administrativos, como declaração de nada consta e ficha catalográfica para trabalhos acadêmicos. Por meio do Pergamum, os usuários têm acesso não apenas ao acervo das bibliotecas da UFPel, mas também ao *Repositório Institucional Guaiaca* e ao *Portal de Periódicos da CAPES*, bem como a bases de dados nacionais e internacionais, como Springer (2008), Atheneu, EBSCO, e a plataforma digital *Minha Biblioteca* para e-books. Além disso, a biblioteca disponibiliza guias temáticos, tutoriais em vídeo e consultoria personalizada para pesquisa acadêmica e científica.

FIGURA 12: SALA ADAPTADA PARA ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: SisBi/UFPel, 2025.

O SisBi oferece serviços de consulta local, empréstimo domiciliar, reservas e renovações online, treinamentos para usuários, visitas guiadas, emissão de ficha catalográfica, empréstimo de tablets e acesso a recursos de acessibilidade. Os serviços administrativos podem ser acessados via Cobalto, incluindo registro de fotos para crachá institucional, pagamento de multas e acesso às normas técnicas. Os usuários cadastrados no Pergamum podem retirar até oito itens em todo o Sistema de Bibliotecas, respeitando o limite de três itens por biblioteca, com prazo padrão de sete dias. Obras de consulta local podem ser retiradas uma hora antes do término do expediente, exclusivamente nos finais de semana, devendo ser devolvidas até às 8h30 do primeiro dia útil subsequente. Cada usuário pode retirar até dois itens de consulta local. A reserva de obras é realizada exclusivamente pela internet, aplicando-se apenas quando não há exemplares disponíveis, com prazo de 24 horas, após o qual a obra passa para o próximo da fila. A renovação também pode ser feita online até três vezes. O SisBi aplica penalidades em caso de atraso ou não devolução, sendo a multa cobrada R$ 1,00 por dia de atraso para cada item emprestado, incluindo finais de semana e feriados; para obras de consulta local, o mesmo

valor é cobrado por hora de atraso. O empréstimo de tablets permite que usuários cadastrados no Pergamum solicitem equipamentos em qualquer balcão das bibliotecas, devendo utilizá-los exclusivamente nas dependências da biblioteca, com tempo máximo de três horas.

Em termos de acessibilidade, as bibliotecas oferecem salas adaptadas para alunos com deficiência, incluindo computadores com scanner falado para deficientes visuais e disléxicos, permitindo estudo individual ou acompanhado por tutor. Essas salas podem ser utilizadas de forma autônoma por alunos PCD, garantindo plena acessibilidade. O acesso ao acervo eletrônico da UFPel, disponibilizado por meio do sistema *Pergamum* e da plataforma *Minha Biblioteca*, estende-se aos Polos de Apoio Presencial vinculados ao curso. Cada Polo dispõe de laboratório de informática equipado com recursos para webconferência, aplicação de avaliações online e consulta à bibliografia e aos periódicos eletrônicos, o que assegura equivalência de condições de estudo entre os discentes, a despeito do município de origem.

3. O CCSO E A INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA DO CURSO

O Curso está vinculado ao Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), composto pela Direção, Direção Adjunta, Conselho, Câmaras de Ensino e Extensão e de Pesquisa e Inovação, secretarias acadêmica e administrativa, além dos colegiados de graduação e pós-graduação. O Centro oferece cinco cursos de graduação (Administração, Turismo, Gestão Pública, Processos Gerenciais e Comércio Exterior), três cursos de especialização (Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Gestão Pública EaD e MBA Inovação, Tecnologia e Gestão de Novos Negócios) e um curso de mestrado profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP).

No 4º andar do Bloco B do Campus Anglo, onde se situa o curso, encontram-se diversas salas e estruturas dedicadas ao apoio acadêmico e administrativo. Estão à disposição dos alunos e docentes a sala da Comissão de Ensino e Extensão, a sala da Comissão de Pesquisa e Inovação, o gabinete da direção do CCSO e a sala de secretaria da unidade. A infraestrutura inclui ainda a sala de professores, composta por salas individuais para orientação e uma copa compartilhada, destinada ao uso de todos os docentes do 4º andar, a sala dos coordenadores de graduação, utilizada pelos

coordenadores dos cursos de graduação do CCSO, com secretaria anexa contando com cinco servidores técnico-administrativos, e duas salas de pesquisa e pós-graduação, de uso exclusivo e administradas pelo CCSO. As duas salas de pesquisa e pós-graduação contam com equipamento completo de webconferência, o que garante o suporte técnico necessário aos encontros síncronos do curso e à permanência dos docentes formadores e colaboradores durante o desenvolvimento das atividades. Também fazem parte da estrutura a sala da Empresa Júnior do Curso de Administração – Emad Jr., a sala dos coordenadores de pós-graduação do Centro, equipada com computadores individuais e sala anexa para reuniões com mesa e cadeiras, além do laboratório de informática do 4º andar, com computadores conectados à internet rápida, sendo possível, mediante reserva feita pelos docentes, a utilização de quatro laboratórios de informática do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTec).

O CCSO dispõe também de dois laboratórios especializados, equipados com computadores e notebooks conectados à internet, com acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, provido pela instituição, além de outros recursos, como scanner, impressora, máquinas fotográficas, filmadora e livros. O *Laboratório de Estudos Históricos, Educacionais e Socioculturais do Turismo* (LABETUR) tem por objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que abordem os diferentes campos do fenômeno turístico, do lazer e da hospitalidade, a partir de perspectivas histórica, social, cultural e educacional. O *Laboratório de Planejamento e Gestão do Turismo* (LAPGETUR), por sua vez, busca promover o conhecimento aplicado em planejamento e gestão do turismo, oferecendo oportunidades de aprimoramento teórico-prático aos discentes e docentes, alinhadas aos valores de ética e responsabilidade socioambiental. As atividades desses laboratórios abrangem temáticas como desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade, gestão ambiental no turismo, cadeias produtivas, redes de cooperação e *clusters*, além de formulação estratégica e marketing no setor turístico.

Recentemente, todas as salas do CCSO foram climatizadas com ar-condicionado do tipo split. As salas são padrão com 50 lugares, todas equipadas com computadores desktops e data show, bem como acesso à rede wi-fi do campus. Estão à disposição dois auditórios com aproximadamente 90 lugares cada, duas salas para 70 alunos, banheiros masculino e feminino (sendo dois exclusivos para servidores) e copa anexa à reitoria. A

comunidade do CCSO dispõe, ainda, de espaço de convivência com mesas e cadeiras em madeira.

4. O COMEXLAB – LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM COMÉRCIO EXTERIOR

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras conta com o suporte do COMEXLab – Laboratório de Estudos e Práticas em Comércio Exterior, espaço dedicado ao desenvolvimento teórico e prático dos estudantes. Institucionalmente vinculado ao Centro de Ciências Sócio-Organizacionais e originalmente estruturado no âmbito do Curso de Comércio Exterior, o COMEXLab estende à Especialização o suporte acadêmico e profissional que já oferece às atividades da graduação, viabilizando uma imersão mais profunda nas dinâmicas do comércio exterior e favorecendo a aproximação entre os dois níveis de formação.

FIGURA 13: COMEXLab



Fonte: Comércio Exterior, 2025.

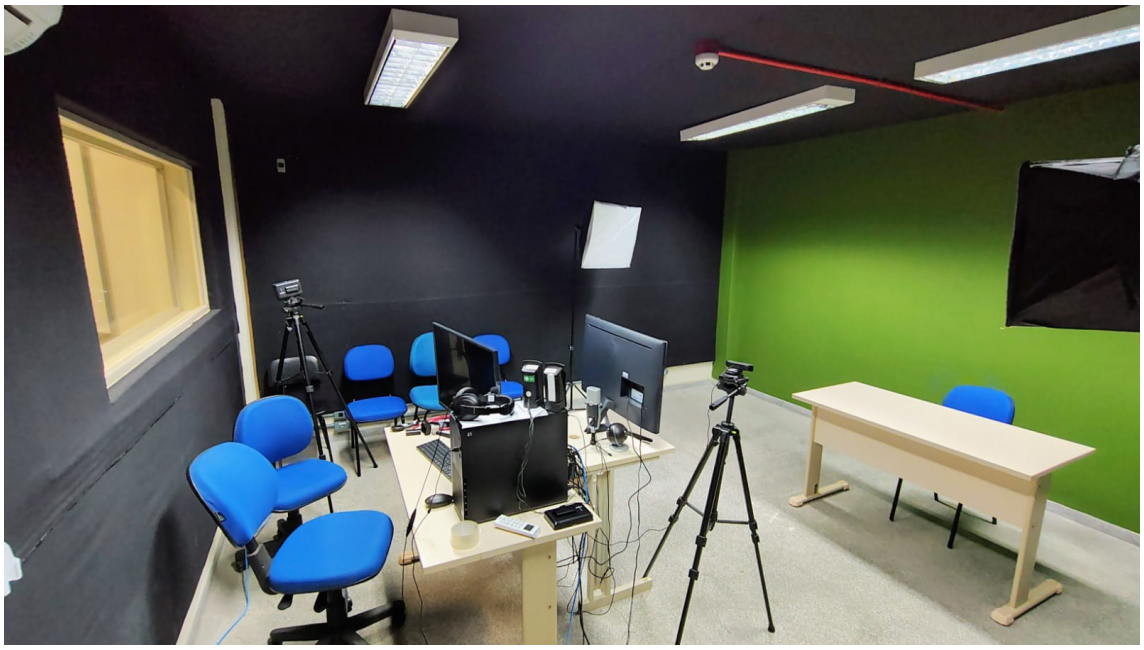
O laboratório, localizado na sala 438, no 4º andar do Campus Anglo, oferece um ambiente amplo e funcional, equipado com computador, impressora, mesa de trabalho,

cadeiras ergonômicas, ar-condicionado e acesso à internet de alta velocidade. Além disso, o COMEXLab serve como ponto de encontro para discussões, reuniões e o desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e ensino, envolvendo estudantes e professores tanto da Especialização quanto da graduação. Essa infraestrutura compartilhada possibilita a realização de simulações e atividades práticas, preparando os egressos de ambos os cursos para os desafios do mercado global de maneira mais eficaz e dinâmica, ao mesmo tempo em que reforça a integração entre o ensino de graduação e de pós-graduação no âmbito do CCSO.

5. ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DO NUPED

Para o desenvolvimento dos componentes curriculares, o Curso de Especialização conta com o suporte técnico, pedagógico e estrutural da Coordenação de Políticas e Tecnologias para EaD (CPTED). Como mencionado anteriormente, a CPTED constitui-se no órgão central da Universidade Federal de Pelotas responsável pelo planejamento, gestão, fomento e acompanhamento das ações vinculadas à Educação a Distância, atuando de forma articulada com as unidades acadêmicas e administrativas da instituição.

FIGURA 14: ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO DO NUPED



Fonte: CPTED, 2025.

Sua atuação se pauta na formulação e implementação de políticas, diretrizes e normas institucionais voltadas à consolidação da EaD como dimensão estratégica da política educacional da UFPel, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A CPTED tem como princípios orientadores a garantia da qualidade acadêmica, o incentivo à inovação pedagógica e a ampliação do acesso à formação superior por meio de práticas educacionais mediadas por tecnologias digitais.

A estrutura organizacional da CPTED inclui o Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED), instância responsável pela proposição e execução das políticas de EaD e pela oferta de suporte pedagógico e tecnológico a docentes, técnicos-administrativos e discentes. O NUPED desempenha papel estratégico na integração entre o ensino presencial e o ensino a distância, promovendo o uso qualificado de tecnologias educacionais, metodologias ativas e processos formativos continuados que fortalecem a cultura digital no âmbito universitário.

Além das ações de assessoramento e capacitação, o NUPED dispõe de uma infraestrutura específica destinada à produção de conteúdos educacionais digitais. Destaca-se, nesse contexto, o Estúdio de Gravação, localizado na Sala 319 do Campus Anglo, concebido como espaço institucional para o desenvolvimento de materiais audiovisuais – tais como videoaulas, *podcasts*, gravações de áudio e vídeo, e outros produtos voltados à mediação pedagógica em ambientes virtuais de aprendizagem. O uso do estúdio é franqueado à comunidade acadêmica do Curso Especialização mediante agendamento prévio, realizado por meio do sistema de *tickets* da UFPel (http://atendimento.ufpel.edu.br/), o que garante transparência, acessibilidade e democratização do uso dos recursos tecnológicos disponíveis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Política, Desenvolvimento e Relações Internacionais nas Fronteiras encontra em Pelotas um lugar de enunciação que não é meramente geográfico, mas também formativo e analítico. Situada no extremo sul do Rio Grande do Sul, a poucos quilômetros da fronteira com o Uruguai e inserida em uma região historicamente marcada pela circulação de pessoas, mercadorias, línguas e culturas, a UFPel oferece a este curso algo que dificilmente poderia ser reproduzido em outro

contexto, que é a possibilidade de pensar a política, o desenvolvimento e as relações internacionais não como abstrações distantes, mas como experiências vividas cotidianamente pelas populações fronteiriças. A fronteira, nesse sentido, deixa de ser apenas objeto de estudo e passa a operar como ponto de vista, como lugar a partir do qual se observam e se problematizam as assimetrias regionais, os fluxos migratórios, as disputas territoriais e as possibilidades de integração sul-americana que atravessam o Mercosul e, mais amplamente, a inserção do Brasil no cenário internacional. Formar profissionais e pesquisadores em um ambiente onde essas questões se apresentam de maneira concreta e imediata confere à Especialização uma legitimidade e uma densidade analítica que a mera transmissão de conteúdos teóricos jamais alcançaria isoladamente.

Ao mesmo tempo, seria contraditório que um curso concebido a partir da experiência fronteiriça permanecesse circunscrito aos limites de Pelotas ou do Rio Grande do Sul. É precisamente aqui que a modalidade de Ensino a Distância se revela não como uma alternativa operacional, mas como uma escolha coerente com o próprio projeto formativo da Especialização. O Brasil é, ele mesmo, um país de fronteiras múltiplas, que se estendem para além da linha meridional que separa o Rio Grande do Sul de seus vizinhos platinos e alcançam a Amazônia, o Centro-Oeste e todas as regiões onde o território nacional se articula com outros países e outras soberanias. Ao adotar a plataforma da Universidade Aberta do Brasil e ao estruturar-se por meio de momentos síncronos e assíncronos mediados pelo professor regente, pelo mediador pedagógico e pelo tutor a distância, a Especialização rompe as barreiras físicas que tradicionalmente confinariam sua oferta a um público regional e passa a dialogar com estudantes de outras fronteiras, de outras realidades e de outras urgências políticas, permitindo que o conhecimento produzido a partir da experiência pelotense seja colocado em relação com experiências semelhantes vividas em outras partes do país.

Essa articulação entre o local e o nacional confere ao curso uma dupla vocação, ao mesmo tempo situada e descentralizadora. Situada porque reconhece que o saber sobre fronteiras se produz com maior densidade onde a fronteira é vivida, e descentralizadora porque recusa a lógica segundo a qual a produção de conhecimento qualificado sobre política, desenvolvimento e relações internacionais deveria permanecer restrita aos grandes centros do país. O EaD, nesse contexto, cumpre uma função que ultrapassa a mera ampliação do acesso, na medida em que permite que sujeitos historicamente

distantes dos centros de produção acadêmica se tornem também produtores de conhecimento sobre suas próprias realidades fronteiriças, sejam elas amazônicas, pantaneiras, portuárias ou platinas em sentido mais amplo. A democratização do ensino superior público, nesse sentido, não se mede apenas pela quantidade de vagas ofertadas, mas pela capacidade de descentralizar quem fala e sobre o quê se fala, permitindo que a experiência de Pelotas dialogue, em condições de reciprocidade, com experiências de outras regiões do Brasil.

Por essas razões, a Especialização ora proposta não deve ser compreendida apenas como resposta a uma demanda institucional legítima manifestada pelos discentes do Curso de Comércio Exterior, mas como um projeto acadêmico que assume a fronteira como método e o Ensino a Distância como compromisso político com a interiorização e a democratização do conhecimento produzido pela universidade pública brasileira. Ao formar profissionais capazes de compreender criticamente as dinâmicas políticas, sociais e econômicas que atravessam as fronteiras contemporâneas, a Especialização reafirma o papel da UFPel na construção de um Brasil que se pensa, também, a partir de suas margens.

REFERÊNCIAS

AVILA, Christiano Martino Otero Avila; SILVA, Rosaura Espírito Santo da; FELCHER, Carla Denize Ott; BOLZAN, Larissa Medianeira. **Acessibilidade:** Manual de Produção. Pelotas: UFPel, 2025.

BARROWS, H. S.; TAMBLYN, R. M. **Problem-based learning:** an approach to medical education. New York: Springer, 1980.

BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 12.456, de 19 de maio de 2025. **Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino**. Brasília: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 309, de 27 de setembro de 2024**. Regulamenta critérios, estrutura organizacional e normas para seleção de bolsistas e o pagamento de bolsas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 set. 2024.

BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL. Decreto da Presidência da República n. 65.881, de 16 de dezembro de 1969. **Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Pelotas**. Brasília: Presidência da República, 1969.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**Brasília: Presidência da República, 2005.

BRASIL. Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Brasília: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Decreto n. 8.368, de 2 de dezembro de 2014. **Regulamenta a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 750, de 8 de agosto de 1969. **Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1969.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. **Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Brasília: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Portaria CAPES 124, de 20 de março de 2026. **Altera a Portaria CAPES n. 309, de 27 de setembro de 2024, que regulamenta critérios, estrutura organizacional e normas para seleção de bolsistas e o pagamento de bolsas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Brasília: CAPES, 2026.

BRASIL. Portaria MEC 378, de 19 de maio de 2025. **Dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Portaria MEC 381, de 20 de maio de 2025. **Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância - EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Portaria MEC 506, de 10 de julho de 2025. **Regulamenta o Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Portaria MEC 794, de 25 de novembro de 2025. **Altera a Portaria MEC n. 506, de 10 de julho de 2025, que regulamenta o Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais bem como à criação, ao funcionamento, à alteração de endereço e à extinção dos Polos EaD**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com oferta a distância**. Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 1, de 06 de abril de 2018. **Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências**. Brasília: CNE, 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 1, de 11 de março de 2016. **Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância**. Brasília: CNE, 2016.

CENSON, Dianine. Cidades de fronteira: a promessa de abertura dos *free-shops* brasileiros e as noções públicas do espaço Rio Grande do Sul-Uruguai a respeito deste processo. In: MICHELON, Francisca Ferreira; BASTOS, Matheus Blaas (Org.). **Fronteiras**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019. p. 9-25.
CENSON, Dianine. Cidades de fronteira: a promessa de abertura dos *free-shops* brasileiros e as noções públicas do espaço Rio Grande do Sul-Uruguai a respeito deste processo. In: MICHELON, Francisca Ferreira; BASTOS, Matheus Blaas (Org.). **Fronteiras**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019. p. 9-25.
DETERDING, S.; DIXON, D.; KHALED, R.; NACKERUD, L. From game design elements to gamefulness: defining "gamification". In: **Proceedings of the 15th International Academic MindTrek Conference:** Envisioning Future Media Environments, 2011. p. 9–15.

FELCHER, Carla Denize Ott; AVILA, Christiano Martino Otero Avila; BOLZAN, Larissa Medianeira; SILVA, Rosaura Espírito Santo da. **Princípios pedagógicos para uso de tecnologias digitais** [recurso eletrônico]. Pelotas: UFPel / CPTED, 2025. 60 p.

GEE, J. P. **What video games have to teach us about learning and literacy**. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HMELO-SILVER, C. E. Problem-based learning: what and how do students learn? **Educational Psychology Review**, v. 16, n. 3, p. 235–266, 2004.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama. Acesso em 05 de junho de 2022.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T.; SMITH, K. A. Cooperative learning: improving university instruction by basing practice on validated theory. **Journal on Excellence in College Teaching**, v. 25, n. 3–4, p. 85–118, 2014.

MARTINS, Rui Cunha. Fronteira, referencialidade e visibilidade. **Estudos Ibero-Americanos**, Edição Especial, n. 1, p. 7–19, 2000.

NEWMAN, David; PAASI, Anssi. Fences and neighbours in the postmodern world: boundary narratives in political geography. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 2, p. 186–207, 1998.

NEWMAN, David. The lines that continue to separate us: borders in our 'borderless' world. **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 2, p. 143-161, 2006.

NEWMAN, David. The lines that continue to separate us: borders in our 'borderless' world. **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 2, p. 143-161, 2006.

PAASI, Anssi. Bounded spaces in a 'borderless world': border studies, power and the anatomy of territory. **Journal of Power**, v. 2, n. 2, p. 213-234, 2009.

PAASI, Anssi. Bounded spaces in a 'borderless world': border studies, power and the anatomy of territory. **Journal of Power**, v. 2, n. 2, p. 213-234, 2009.

PERKMANN, Markus; SUM, Ngai-Ling (Eds.). **Globalization, Regionalization and Cross-Border Regions**. London: Palgrave Macmillan, 2002.

RHI-SAUSI, José Luis; ODDONE, Nahuel. Integración regional y cooperación transfronteriza en los nuevos escenarios de América Latina. **Investigación & Desarrollo**, v. 21, n. 1, p. 260–285, 2013.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana (Eds.). **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America**. Dordrecht: Springer, 2012.

SEBRAE. **Perfil das Cidades Gaúchas**. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Pelotas.pdf. Acesso em 20 agosto de 2021.

THOMAS, J. W. **A review of research on project-based learning**. San Rafael, CA: Autodesk Foundation, 2000.

UFPel. Anglo ganha primeiro licenciamento ambiental. **Coordenação de Comunicação Social – CCS/UFPel**, Pelotas, 5 jun. 2019. Disponível em: https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2019/06/05/anglo-ganha-primeiro-licenciamento-ambiental/. Acesso em 03 de outubro de 2025.

UFPel. **Estatuto da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 1969.

UFPel. **Manual de Normas UFPel para trabalhos acadêmicos** – Pelotas, 2023.

UFPel. Portaria n. 1.234, de 27 de junho de 2022. **Normatiza e regulamenta o uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e dos serviços de Webconferência no âmbito da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2022.

UFPel. Portaria n. 6.905, de 25 de novembro de 2025. **Constitui a equipe multidisciplinar institucional de apoio à Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2025.

UFPel. **Regimento Geral da Universidade** – Pelotas, 1977.

UFPel. Resolução COCEPE n. 01, de 05 de janeiro de 2005. **Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu** – Pelotas, 2005.

UFPel. Resolução COCEPE n. 62, de 30 de novembro de 2023. **Dispõe sobre o regulamento da oferta de componentes curriculares com carga horária parcial ou integral na modalidade de Educação a Distância (EaD) em cursos presenciais de graduação na UFPEL** – Pelotas, 2023a.

UFPel. Resolução COCEPE n. 94, de 26 de junho de 2025. **Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2025.

UFPel. Resolução CONSUN n. 08, de 21 de julho de 2016. **Aprova o Plano Institucional de Acessibilidade na Universidade Federal de Pelota**s – Pelotas, 2016.

UFPel. Resolução CONSUN n. 102, de 09 de maio de 2023. **Aprova o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas (2023-2036)** – Pelotas, 2023b.

UFPel. Resolução CONSUN n. 49, de 30 de março de 2021. **Resolve criar "ad referendum" o Centro de Ciências Sócio-Organizacionais – CCSO, suas Câmaras e seu Núcleo Administrativo** – Pelotas, 2021.

UFPel. Resolução CONSUN n. 66, de 21 de dezembro de 2021. **Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel – PDI – 2022-2026 da UFPel** – Pelotas, 2021.

UFPel. **UFPel Digital**. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ufpeldigital/e-aula/. Acesso em 02 outubro de 2025a.

UFPel. UFPel inaugura espaço de inovação voltado à área de bioprodutos, com apoio da Inova e recursos da Fapergs. **Inova UFPel**, 08 dez. 2023c. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/inova/2023/12/08/ufpel-inaugura-espaco-de-inovacao-voltado-a-area-de-bioprodutos-com-apoio-da-inova-e-recursos-da-fapergs/. Acesso em 3 de outubro de 2025.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. **The Challenges for Building Regional Integration in the Global South:** The Case of Brazilian Foreign Policy towards Mercosur. Cham: Springer, 2022.